

CPI divulga relatório parcial nesta quinta

Em depoimento à CPI dos Sanguessugas, Luiz Antônio Vedoin confirmou o envolvimento de **parlamentares** no esquema de **compra superfaturada** de ambulâncias, dando fundamentação ao **relatório** parcial que será apresentado pelo senador Amir Lando, segundo o presidente da comissão, Antonio Carlos Biscaia.

PÁGINAS 10 E 11

Mais rigor no controle da aftosa

PÁGINA 7



Tasso: relator da emenda

Fim da reeleição passa na CCJ

Proposta de emenda à Constituição que impede a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, a partir de 2010, foi aprovada pela CCJ e segue para exame do Plenário.

PÁGINA 5

Lei do Gás avança no Senado

PÁGINA 9

EDUCAÇÃO

JOEL SILVA/FOLHA IMAGEM



Docentes com jornada de 40 horas semanais, desde que dois terços dedicados a atividade em sala de aula, poderão ter salário-base nacional definido pelo Executivo

Aprovado piso salarial para professor da rede pública

A Comissão de Educação do Senado aprovou, em decisão terminativa, projeto de Cristovam Buarque, com emenda da relatora, Lúcia Vânia, que autoriza o Executivo a instituir um piso salarial nacional para os professores das redes públicas de ensino. Os

recursos serão provenientes do investimento mínimo obrigatório em educação. Para o autor da matéria, é preciso dar ao professor uma remuneração “que faça com que ele se sinta parte importante da sociedade”. A proposta precisa ainda ser examinada pela Câmara.

PÁGINA 6

cidadania

Onde reclamar dos serviços de saúde

O *Especial Cidadania* desta edição mostra onde reclamar do atendimento em hospitais, clínicas, laboratórios ou mesmo em consultas médicas. Veja também como denunciar casos de irregularidades nas condições de trabalho.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
ACONTECEU NO SENADO	Página 15



Senadores votaram 26 matérias em Plenário

No esforço concentrado da primeira semana de agosto os senadores votaram projetos de repercussão: 26 matérias, entre elas a proposta de emenda constitucional que institui o orçamento de cumprimento obrigatório (impositivo) por parte do presidente da República – hoje, o Orçamento que sai do Congresso é apenas autorizativo. O projeto será agora examinado pelos deputados.

Também foram aprovados os nomes de 19 indicados pelo presidente da República para tribunais, agências e embaixadas e um pedido de empréstimo internacional.

Os senadores aprovaram ainda no Plenário um projeto que bene-

ficia os consumidores, ao dobrar o prazo para que eles possam reclamar defeitos em produtos ou de má prestação de serviços.

A proposta determina ainda que as vendas de produtos usados também serão regidas pelas normas de proteção contidas no Código de Defesa do Consumidor. O projeto foi remetido ao exame dos deputados.

Na área de saúde, o Plenário acolheu matéria que exige dos planos de saúde a cobertura de despesas de acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças internadas em UTI. Para

os senadores, a ausência de pais nas unidades interfere negativamente no processo de recuperação do internado.

As comissões do Senado também examinaram e aprovaram projetos importantes. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por exemplo, aprovou uma emenda constitucional que acaba com o instituto da reeleição no Brasil para presidentes da República, governadores e prefeitos, a partir de 2010. A emenda será agora votada pelo Plenário do Senado.

Orçamento impositivo é finalmente aprovado em segundo turno

projetos importantes. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por exemplo, aprovou uma emenda constitucional que acaba com o instituto da reeleição no

Senado promove novo esforço concentrado

Mais uma semana de esforço concentrado para votação de matérias volta a ocorrer no Senado de 4 a 6 de setembro. Até o momento, só está definida a pauta da ordem do dia do primeiro dia desse período, com 11 itens. O item de abertura é o projeto de resolução do Senado (PRS 49/06) que autoriza a Petrobras Transporte S.A (Transpetro) a elevar temporariamente seu limite de endividamento, em até R\$ 5,6 bilhões, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Essa matéria chegou a entrar em pauta no esforço concentrado

desta semana, mas, por falta de acordo entre as lideranças partidárias, teve sua votação adiada. O empréstimo tem o objetivo de financiar o programa de modernização e expansão da frota naval brasileira, iniciativa destinada a aliviar a crise vivida pelo setor.

Aguarda ainda votação, em segundo turno, substitutivo a proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) que torna obrigatório o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa para apresentar, pessoalmente, sua mensagem e seu plano de governo aos parla-

mentares. Já a PEC 30/02, que estabelece ressalva à inelegibilidade de substitutos eventuais de presidente da República, governador e prefeito nos seis meses anteriores à eleição, será votada em primeiro turno.

Outras duas PECs foram incluídas na ordem do dia de 4 de setembro: a PEC 29/03, que determina que os objetivos relativos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, e a PEC 57/05, que permite a apreciação dos vetos presidenciais separadamente pelo Senado e pela Câmara.

Presidência



FOTOS: GERALDO MAGELA

Renan (2º à dir.) e Ideli ouvem apelo para aprovação de projeto que determina liberação de R\$ 400 milhões

Secretários de Educação pedem recursos para o ensino médio

Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) reuniram-se, na terça-feira passada, com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para solicitar a aprovação urgente de um crédito suplementar de R\$ 400 milhões destinado ao ensino médio. Os recursos estão previstos no Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 4/06.

– Se essa verba não for liberada no início deste semestre,

o ano letivo do ensino médio ficará comprometido em diversos estados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Esta é uma forma de socorro emergencial – declarou Maria Auxiliadora Seabra Rezende, vice-presidente do Consed para a região Norte.

A representante do Consed informou que “em vários estados esses recursos são utilizados principalmente para pagar a folha de pessoal”.

Empresários do setor elétrico querem corrigir falhas para atrair investimentos

Integrantes do Instituto Acende Brasil, do qual fazem parte empresas do setor elétrico, reuniram-se, na última quarta-feira, com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para apresentar um documento que analisa a situação do setor.

O estudo – intitulado Agenda 2020 – é desenvolvido a partir de quatro itens: estrutura

institucional; planejamento e expansão; tributos e encargos; e política tarifária.

– Com o documento, procuramos apresentar quais correções de rumo têm de ser feitas, a partir da situação atual da área, para promover um ambiente atraente para os investimentos no Brasil – ressaltou o presidente do instituto, Claudio Sales.

Eleições 2006

Mecanismos garantem voto de deficiente

► As pessoas com deficiência devem votar?

Sim. Além dos mecanismos previstos nas urnas eletrônicas (sons e inscrições em braile), a Justiça Eleitoral oferece atendimento direto às pessoas com deficiências. Cada juiz eleitoral, em sua zona de atuação, tem competência para criar uma sessão especial destinada a eleitores que portem alguma deficiência.

Esses eleitores tiveram até 3 de maio passado para solicitar à Justiça Eleitoral a designação de uma seção eleitoral com condições para atendê-los. Até o dia 3 de julho, esses eleitores puderam apresentar uma lista com suas restrições e necessidades (locomção, sinalização por sons, pessoal fluente na Linguagem Brasileira de Sinais - Libras etc.). Com base nesses pedidos, a Justiça Eleitoral deve providenciar os meios necessários para facilitar o exercício do voto a todos, ampliando o direito e garantindo o cumprimento desse dever da cidadania. Quem perdeu os prazos deve ficar atento e se preparar para fazer o pedido nas próximas eleições.

A coluna *Eleições 2006* será veiculada às segundas-feiras pelo *Jornal do Senado* durante o período de campanha eleitoral para esclarecer dúvidas comuns relacionadas ao tema.

► A urna eletrônica ajuda os deficientes?

Sim. A urna eletrônica já dispõe de mecanismos para auxiliar deficientes visuais. Para os que não vêem, o teclado conta com identificação numérica em braile. As teclas para votar em branco, para confirmar ou para corrigir também têm o relevo típico da linguagem para deficientes visuais. Depois de pressionada cada tecla, a urna emite um breve sinal sonoro. Ao final da votação, um sinal longo.

Para fazer uma simulação da urna eletrônica, visite o seguinte endereço do site do TSE na internet: http://www.tse.gov.br/eleicoes/urna_eletronica/simulacao_votacao/UrnaApplet2.htm

► Caso a pessoa ainda tenha dificuldades, ela pode pedir ajuda a alguém?

Sim. Se os meios colocados à disposição pela Justiça Eleitoral não forem suficientes, os presidentes das seções eleitorais e os mesários que tomam conta das urnas também têm orientação para permitir que eleitores com necessidades especiais recorram à ajuda de familiares ou amigos para votar.



Na terça-feira, um Renault Clio caiu no fosso lateral do Senado depois de ser abalroado por outro carro. Protegido pelo *airbag*, o motorista não se feriu

Senado lançará dois livros na Feira de Mossoró, de 8 a 13 de agosto

O Senado participará, de 8 a 13 de agosto, da 2ª Feira do Livro de Mossoró, no Rio Grande do Norte. O Conselho Editorial do Senado escolheu dois livros para lançar: *Um Diplomata na Corte de Inglaterra – O Barão do Penedo e sua época*, de Renato Mendonça, e *Machado de Assis e a Administração Pública Federal*, de Paulo Guedes e Elizabeth Hazin.

O Senado também disponibi-

lizará para os frequentadores da feira os principais títulos do seu catálogo, entre eles *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*, de Gaspar Barléu, e *Conselhos aos Governantes*, obra que reúne textos clássicos de autores como Platão e Nicolau Maquiavel.

Publicações com a legislação atualizada serão vendidas no estande do Senado.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

10h30 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

TV digital – Na primeira parte da reunião, análise de parecer sobre criminalização da exibição de cenas de nudismo ou relações sexuais. A partir das 11h, estão previstos os seguintes debates:

“Os passos futuros da escolha do modelo nipo-brasileiro de TV digital”, com Fernando Bitencourt; “As virtualidades da educação a distância no Brasil”, com o presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância, Frederic Litto; e “Os rumos da televisão educativa”, com representantes da TVE/RJ e da TV Cultura.

TERÇA E QUINTA-FEIRA

CPI DOS SANGUESSUGAS

Relatório – Em horários a serem definidos, a CPI reúne-se na terça, para votar requerimentos, e na quinta, quando deve ser divulgado relatório da primeira fase de investigações sobre esquema de fraudes para compra de am-

bulâncias superfaturadas.

QUARTA-FEIRA

11h30 – PRESIDÊNCIA

Reforma – Lançamento do livro *Reforma Política no Brasil*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da UFMG.

Plenário

SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h – Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h – Sessão não-deliberativa

PLENÁRIO Esforço concentrado no Congresso ocorre na primeira semana de agosto e na primeira de setembro

União fica responsável pelo sistema de meteorologia

A criação do sistema nacional de meteorologia e climatologia entre as competências constitucionais da União foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Senado, em segundo turno, na semana passada. O substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 12/03) do senador Osmar Dias (PDT-PR) segue, agora, à Câmara dos Deputados.

Pelo texto aprovado, caberá à União organizar e manter os serviços oficiais de meteorologia e climatologia. Também estará sob sua responsabilidade a definição da política nacional do setor.

Uma das principais preocupações de Osmar Dias é garantir unidade ao trabalho realizado por órgãos federais, como o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Centro de Previsão

de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e por entidades públicas estaduais e empresas privadas. A intenção é agilizar, assegurar confiabilidade e democratizar as informações do sistema, de forma a torná-lo mais eficiente e evitar a duplicidade de esforços do setor.

Ao defender a matéria em Plenário, Osmar Dias destacou a importância de inserir na Constituição um serviço fundamental para nortear as ações nas áreas de agricultura e defesa civil. O senador Sibá Machado (PT-AC) também apoiou a iniciativa, observando que as informações meteorológicas são basilares para o setor agropecuário, que há cinco anos vem respondendo por 30% do produto interno bruto (PIB).

Preocupação é dar mais confiabilidade ao sistema de climatologia



Osmar Dias, autor do substitutivo, quer evitar duplicidade de esforços no setor, que já conta com dois órgãos federais

Louvor pela luta de Desmond Tutu contra apartheid

O Senado acolheu, durante o esforço concentrado da semana passada, requerimento de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) propondo voto de louvor ao bispo Desmond Mpilo Tutu, por sua "intensa luta e grandes vitórias" em prol da paz mundial e, especialmente, pelo fim do apartheid na África do Sul.

Paim justificou o pedido argumentando que Tutu, bispo anglicano sul-africano, tem conduzido sua vida com um vigor sem igual nas batalhas humanitárias que empreendeu, tendo incluído em sua proposta para a sociedade sul-africana direitos civis iguais para todos; abolição de leis que limitam a circulação dos negros; sistema educacional comum e fim das deportações forçadas de negros.

O senador ressaltou que Desmond Tutu distingue-se por transmitir a mensagem cristã de igualdade entre os povos, além de propagar os princípios da caridade pregados por Jesus Cristo.

Professor de Educação Física terá dia especial

O projeto de lei da Câmara (PLC 57/06) que institui 1º de setembro como o Dia do Profissional de Educação Física foi aprovado pelo Plenário do Senado na quarta-feira passada. A proposta vai, agora, à sanção do presidente da República.

A autora da proposta, deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), pondera que, após a regulamentação desta profissão em 1998, é justo que seja fixada uma data para comemorá-la. Lembra que já existem no Brasil mais de 200 instituições de ensino superior autorizadas a habilitar profissionais de Educação Física.

No Senado, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o qual observou que esses profissionais "contribuem decisivamente tanto para o bem-estar e a saúde da população quanto para o desenvolvimento do desporto nacional".



Plenário do Senado realizou sessões extraordinárias para poder votar a emenda constitucional

Senado aprova PEC do orçamento impositivo

O Senado aprovou em segundo turno, com 55 votos a favor e nenhum contra, a proposta de emenda constitucional (PEC 22/00) que obriga o Orçamento aprovado pelo Congresso (orçamento impositivo). Todos os partidos recomendaram a aprovação, que vai agora ao exame da Câmara dos Deputados.

Do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta estabelece que, se o presidente não cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso, estará cometendo crime de responsabilidade e, portanto, podendo ser submetido a processo de *impeachment*.

Apenas em casos de dificuldades econômicas e financeiras o presidente poderá pedir ao Congresso, até agosto, para cancelar ou contingenciar (adiar execução) alguma verba do Orçamento. Se o Congresso não se manifestar sobre a solicitação em 30 dias, será considerada aprovada. Após agosto, o presidente só poderá suspender algum gasto orçamentário em caso de calamidade pública "de grandes proporções" ou que afete negativamente a arrecadação.

A aprovação só foi possível porque o presidente do Senado, Renan Calheiros, com apoio dos líderes partidários, convocou duas sessões extraordinárias sucessivas, cumprindo a exigência do Regimento de três sessões para se

votar uma emenda constitucional em segundo turno.

No debate, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a medida dará fim à era do "orçamento fictício", quando o Congresso discute e emenda a lei orçamentária, mas esta não é cumprida pelo presidente. Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que nos Estados Unidos o Orçamento é impositivo, acrescentando que a mudança poderá "minimizar o risco" de uso político do Orçamento, quando o governo prioriza, na liberação de verbas, projetos para regiões dos parlamentares da base governista.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), que também apoiou a emenda, defendeu a implantação do "orçamento exclusivo", no qual ficaria proibido o repasse de verbas federais para estados e municípios. Para isso, o Congresso definiria como verbas pertencentes aos estados e municípios o mesmo percentual que nos últimos anos foi repassado às prefeituras e governos estaduais. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou que o orçamento obrigatório "restaura a autoridade do Congresso".

O projeto do orçamento impositivo foi apresentado há seis anos pelo senador Antonio Carlos Magalhães e, durante sua tramitação,

recebeu emendas do então líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Uma delas estabelece que o governo terá 120 dias para propor, em projeto de lei, a regulamentação da emenda. Não há prazo para esta providência, mas um dos artigos determina que as modificações serão introduzidas no segundo ano depois da aprovação da emenda constitucional. Se ela for aprovada ainda neste ano pela Câmara, o orçamento impositivo seria aplicado já em 2009.

O projeto extingue a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e estabelece que o projeto orçamentário será discutido nas comissões temáticas do Congresso. O fim da CMO também é sugestão de Mercadante.

O projeto muda ainda os prazos de tramitação das leis orçamentárias no Congresso e exige que os deputados e senadores votem o Orçamento até o último dia do ano, para entrar em vigor no primeiro dia do ano seguinte. Se eles não votarem o Orçamento, não poderão entrar em recesso. Hoje, o Congresso pode entrar em recesso mesmo sem a votação até 31 de dezembro, o que tem gerado reclamações do Executivo, por enfrentar dificuldades no funcionamento da máquina pública.

Se aprovada na Câmara, medida pode entrar em vigor já em 2009

Usina térmica gaúcha garante recursos

O Plenário aprovou em regime de urgência, na semana passada, projeto de resolução do Senado (PRS 48/06) que autoriza a elevação temporária, em US\$ 430 milhões, do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul.

Com a promulgação da proposta, a companhia poderá contratar empréstimo junto à Eletrobrás para implementar a segunda fase da ampliação da capacidade de geração de energia da Usina Térmica Presidente Médici, localizada em Candiota (RS).

Por falta de acordo, entretanto, foi adiada a votação do PRS 49/06, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar temporariamente seu limite de endividamento, em

Empresa vai poder ampliar sua capacidade de geração de energia

até R\$ 5,6 bilhões, para contratar operação de crédito, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, para financiar o programa de modernização e expansão da frota naval brasileira, iniciativa destinada a aliviar a crise vivida pelo setor.

Apesar de o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), ter orientado sua bancada a aprovar a matéria, o senador

Heráclito Fortes (PFL-PI) recusou-se a fazê-lo, argumentando que os parlamentares não tiveram tempo de analisar o empréstimo da Transpetro. Tasso Jereissatti (PSDB-CE) também endossou a preocupação de Heráclito, sustentando que uma empresa cujo fluxo de caixa oscila entre R\$ 300 milhões e R\$ 500 milhões não teria condições de assumir uma dívida de R\$ 5,6 bilhões.

Declararam a intenção de aprovar a matéria na sessão os senadores Heloísa Helena (PSOL-AL) e Romeu Tuma (PFL-SP), indicado relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que, na manhã da quarta-feira, havia aprovado os dois projetos de resolução.

PLENÁRIO

Mais rapidez na tutela para enfermos mentais

O Plenário do Senado aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 71/05), da deputada Ann Pontes (PMDB-PA), que protege os mentalmente enfermos mediante tutela jurisdicional. Para isso, foi instituída a figura do curador provisório nas ações de interdição que tenham por fundamento a anomalia psíquica. Como recebeu emendas, o projeto retornará à Câmara dos Deputados para nova deliberação.

Para assumir a curatela provisória, o curador terá de apresentar atestado médico de incapacidade mental do interditando, além de atestados de pessoas idôneas ou de assistente social sobre sua aptidão para o exercício da função. O nomeado deverá ainda prestar contas do exercício da curadoria em prazo designado pelo juiz.

O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), explicou que o projeto beneficia os mentalmente enfermos com um mecanismo processual que pode ser bastante oportuno, especialmente quando sua família depende dos recursos da aposentadoria por invalidez.

Jefferson Péres assinalou que



Relator, Jefferson Péres lembrou que lentidão da justiça prejudica famílias que têm pessoas mentalmente doentes

a morosidade na prestação jurisdicional acaba por contribuir para a situação de penúria de muitas dessas famílias.

– É importante observar que, em verdade, a proposição resgata e aprimora um instituto já previsto no Código de Processo Civil, embora a figura do curador provisório se restringisse à interdição promovida em face do pródigo – comentou o relator.

Para o senador Sibá Machado

(PT-AC), que apresentou emenda ao projeto – quando tramitava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) –, a proposição “certamente” contribuirá para uniformizar as decisões judiciais.

– Além de regulamentar o procedimento para a nomeação do curador provisório, o projeto irá alijar de nosso sistema qualquer questionamento sobre o cabimento da medida – afirmou

Planos de saúde deverão pagar por acompanhantes em UTI

Foi aprovada pelo Plenário a redação final do projeto de lei do Senado (PLS 174/00), apresentado por Luiz Pontes (PSDB-CE), que exige dos planos de saúde a cobertura das despesas de acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças internados em unidades de terapia intensiva (UTIs) ou similar.

O texto básico do projeto já havia sido aprovado em julho.

Na justificativa, Pontes lembra que os planos de saúde, em especial nos hospitais privados, têm dado interpretação à norma no sentido de que, “em caso de permanência em unidade de tratamento intensivo, não há a necessidade de permanência no hospital dos pais ou responsáveis”.

Essa interpretação dos planos de saúde, ressalta Luiz Pontes,

ao dificultar a permanência de pais junto a crianças internadas em unidades de terapia intensiva, interfere negativamente em seu processo de recuperação.

O projeto – que altera a alínea “f” do inciso II do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de outubro de 1998, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde – segue agora para a Câmara dos Deputados.

Consumidor ganha prazo maior para reclamar de produto ruim

O prazo máximo para que o consumidor possa apresentar sua reclamação sobre a compra de bens e serviços não-duráveis poderá ser ampliado de 30 para 60 dias. Quando se tratar de produtos e serviços duráveis, o período máximo passa de 90 para 180 dias.

Projeto neste sentido (PLC 134/05), modificando o texto do Código de Defesa do Consumidor, foi aprovado pelo Plenário e agora deverá retornar para análise da Câmara dos Deputados, em virtude de alterações promovidas pelo Senado.

O projeto contém outra inovação: o reinício da contagem do prazo para reclamação a partir da data em que o problema seja solucionado pelo fornecedor. Com isso, as compras

de produtos usados também passam a ser regidas pelos mesmos mecanismos de proteção contidos no Código de Defesa do Consumidor. O projeto é de autoria do deputado Celso



Emenda de Raupp prevê reinício do prazo para queixas após substituição do produto

Russomanno (PP-SP).

No Senado, a matéria passou pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde recebeu duas emendas do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Uma das alterações ao projeto esclarece que o reinício da contagem de prazos para nova reclamação alcança apenas a parte do produto que foi substituída ou a porção do serviço novamente executada.

O novo prazo de reclamação, no entanto, permanece limitado ao período original da garantia legal. Além disso, o projeto estabelece que sua renovação será controlada por meio da nota fiscal emitida pelo serviço autorizado pelo fabricante.

Dez novos embaixadores aprovados pelo Plenário

Dez mensagens do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a indicação de novos embaixadores do Brasil em países da África, União Europeia, Oceania, Ásia e América Central, foram aprovadas pelo Plenário do Senado. Todas elas haviam recebido parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Os senadores aprovaram a indicação de Antonio José Rezende de Castro para o cargo de embaixador em Ruanda (África), cargo que acumulará com o que já exerce, no Quênia. O diplomata Carlos Roberto Ferreira Guimarães será o novo representante brasileiro no Gabão, que exercerá simultaneamente ao de embaixador no Congo.

As indicações de Hélio Magalhães de Mendonça para a embaixada no Sudão, de Carme-

lito de Mello para o Benin e de Haroldo Teixeira Valadão Filho para a Croácia também foram acolhidas pelos senadores.

O Brasil terá como embaixador na Tunísia a diplomata Marília Sardenberg Zelner Gonçalves. O embaixador Arnaldo Caiche d'Oliveira, por sua vez, assumirá o cargo no Togo, enquanto Fernando Paulo de Mello Barreto Filho exercerá a representação brasileira em Vanuatu e em Papua-Nova Guiné, dois países da Oceania.

Também tiveram suas indicações aprovadas os diplomatas Pedro Motta Pinto Coelho, para a embaixada em Israel, cargo que ocupará, cumulativamente, com o de embaixador em Chipre; e Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para o cargo de embaixador junto a Trinidad e Tobago e a República Dominicana.

Herman Benjamin recebe aprovação para o STJ

O Senado aprovou a indicação, pelo presidente da República, do procurador de Justiça Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com 51 votos favoráveis, 2 contrários e uma abstenção.

O procurador Antônio Herman Benjamin, do Ministério Público de São Paulo, vai ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Edson Vidigal.

Efraim Morais (PFL-PB) elogiou a escolha do “grande intelectual” que, na sua avaliação, dará um novo desenho à jurisprudência do tribunal

nas questões ambientais, por se tratar de uma das maiores autoridades no assunto.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que o Senado faz justiça a uma pessoa com méritos para compor o tribunal.

– O presidente da República, nesse ponto, tem sido certo nas indicações que tem feito para os tribunais superiores – frisou Antonio Carlos, que recebeu o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Romero Jucá (PMDB-RR) salientou que, pela demonstração de saber jurídico perante a CCJ, onde foi sabatinado, Herman Benjamin terá importante colaboração a dar ao STJ.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) recordou a participação do procurador na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente e ressaltou seu trabalho em prol do meio ambiente e na defesa dos menos favorecidos. Mercadante destacou ainda que sua indicação teve o apoio de muitos magistrados, tendo em vista a vasta produção acadêmica e intelectual do procurador paulista.



Herman Benjamin foi um dos autores do Estatuto da Criança

Agências reguladoras e Cade têm novos diretores

As agências nacionais de Energia Elétrica (Aneel), de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e de Saúde Complementar (ANS) e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) terão novos dirigentes.

O Plenário aprovou oito mensagens presidenciais com indicações para as diretorias dos órgãos, além da recondução de Ricardo Villas Boas

como membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Na Aneel, assumem Romeu Donizete Rufino e José Guilherme Silva Menezes; Francisco José Rabelo do Amaral e Enildo Meira de Oliveira Júnior, na Adene; José Henrique Coelho Sadock de Sá e Luiz Fernando de Pádua Fonseca, no Dnit; e José Leôncio Andrade Feitosa, na ANS.

COMISSÕES Emenda constitucional impede que presidente, governadores e prefeitos disputem mandato consecutivo

Tasso Jereissati (E), autor de substitutivo que extingue a reeleição a partir de 2010, com Azeredo; já Lobão, ao lado de Juvêncio, defendeu o fim da reeleição só em 2012

Comissão aprova fim da reeleição

A reeleição para cargos do Poder Executivo pode estar com os dias contados no Brasil. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, por unanimidade, substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à proposta de emenda à Constituição do senador Sibá Machado (PT-AC) que acaba com a possibilidade de reeleição para presidente, governador, prefeito e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição. A medida, que começaria a valer em 2010, segue agora para votação em Plenário e, se aprovada, será encaminhada para análise da Câmara dos Deputados.

Para Sibá, a experiência da reeleição no Brasil exibiu à sociedade os males desse instituto. Entre eles, o senador citou o uso indevido da máquina pública e a impotência dos mecanismos de controle dos excessos políticos e "politiqueiros".

Em seu parecer, Jereissati lembrou que foi favorável à emenda que instituiu a reeleição no Brasil, mas, em sua opinião, a medida não deu certo, trazendo intranquilidade, crises políticas e enormes desigualdades ao país.

– No governo Fernando Henri-



Sibá Machado, autor da emenda constitucional: "reeleição exibiu seus males à sociedade"

que Cardoso, tivemos profundas crises, talvez todas originadas na questão da reeleição. Agora, no atual governo, vivemos praticamente em um clima de intranquilidade, com sucessivas crises que não terminam nunca, muitas delas relacionadas também à reeleição. Por isso, o instituto da reeleição não é adequado para a democracia brasileira – declarou o relator.

Lobão teme contestação da medida na Justiça

Com Jereissati, concordaram integralmente os senadores

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Jefferson Péres (PDT-AM) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Embora tenha votado a favor, Edison Lobão (PFL-MA) sugeriu que o projeto começasse a vigorar em 2012, para que não corresse o risco de ser questionado pelos candidatos eleitos neste ano.

– Os governantes que tomarem posse em 2007 poderão alegar direito adquirido por terem sido eleitos sob a égide da reeleição. Por isso, sugiro que a reeleição seja extinta a partir de 2012, para não ser contestada no futuro – argumentou Lobão.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que votou favoravelmente à proposta, propõe que, com o fim da reeleição, os mandatos para cargos do Poder Executivo passem a ser de cinco anos e não mais de quatro, como ocorre atualmente.

– Seria mais lógico um mandato de cinco anos para voltarmos ao que era antes e, assim, garantirmos aos governantes um maior tempo para gerir suas administrações e executar seus programas de governo – defendeu Valadares, que recebeu o apoio do senador Magno Malta (PL-ES).

Eleitor no exterior terá direito de eleger deputado

A CCJ também aprovou substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) à proposta de emenda à Constituição que estabelece a representação na Câmara dos Deputados dos brasileiros residentes no exterior (PEC 5/05). Pelo projeto, cujo primeiro signatário é o senador

Cristovam Buarque (PDT-DF), o artigo 45 da Constituição passa a garantir a criação de circunscrições especiais para a eleição de deputados federais que representem os brasileiros que residem em outros países.

Para Eduardo Azeredo, a proposta é clara e singela, mas de

enorme importância.

– Trata-se de tornar possível a incorporação, ao processo político brasileiro, de alguns milhões de concidadãos que vivem em outros países – destacou o parlamentar.

A proposta segue para votação em Plenário.

País ganha política contra doenças causadas pelo sol

O Brasil poderá ter uma política nacional de orientação, combate e controle dos efeitos danosos à saúde da exposição ao sol, a ser articulada conjuntamente pela União, pelos estados e municípios. A proposição foi aprovada pela CCJ, por meio de parecer do senador Magno Malta (PL-ES) a projeto de lei (PLC 111/05) da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ).

Pela proposta, que segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), haverá medidas preventivas contra queimaduras, câncer de pele, catarata e outros danos oculares, alergias e alterações imunológicas causadas pelo sol, além de outras para o controle da varicela e do lúpus eritematoso sistêmico, doença provocada pela sensibilidade ao sol e à luz.

Projeto amplia distribuição gratuita de medicamentos

Os senadores da CCJ também aprovaram parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) a projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que garante prioridade na distribuição, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de medicamentos de uso pediátrico, de uso contínuo e destinados ao tratamento de doenças endêmicas.

A proposta altera a Lei 10.858/04, que autoriza a Fiocruz a disponibilizar medicamentos, a preços subsidiados,

às chamadas farmácias populares. Segundo Tourinho, atualmente só existe prioridade para os portadores de diabetes e hipertensão, deixando de lado as crianças e as vítimas de doenças como malária e chagas.

Para Juvêncio, o projeto, que será ainda apreciado pela CAS em decisão terminativa, é meritório, considerando-se "o alto custo dos medicamentos e a conseqüente impossibilidade de serem adquiridos por grande parte do povo brasileiro".

Governo quer criar sistema que assegure direito à alimentação

Parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) a projeto de lei do Executivo (PLC 81/06) que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) foi aprovado pela CCJ. O sistema visa assegurar o direito humano à alimentação adequada.

O projeto foi elaborado em conjunto com um grupo de trabalho do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Antes de votada em Plenário, a proposta ainda será analisada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Alteração no Código Civil reduz possibilidade de apelação contra sentença

Em sua reunião da semana passada, a CCJ acolheu parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a uma emenda de Plenário do senador Romero Jucá (PMDB-RR) oferecida ao projeto de lei da Câmara que altera o Código de Processo Civil, para conferir efeito devolutivo à apelação (PLC 30/05). O projeto acaba com a regra geral que atribui

efeito suspensivo à apelação. Aprovada a emenda, a proposta volta para análise do Plenário.

Segundo Jucá, o PLC 30, ao prever o fim do efeito suspensivo, aumentará a celeridade dos tribunais de Justiça e valorizará ainda as decisões

do juiz de primeira instância, porque acabará com as vantagens oriundas da interposição de recursos meramente protelatórios.

Para Jucá, fim do efeito suspensivo dará maior rapidez à Justiça no país

No efeito suspensivo, a execução é interrompida até que a apelação seja julgada. Já no efeito devolutivo, não

há interrupção da execução durante o julgamento do recurso. A emenda de Jucá estabelece as hipóteses em que o magistrado deverá atribuir efeito suspensivo à apelação, acolhendo as situações em que há risco de dano irreparável ao recorrente.

No entanto, no entendimento do parlamentar, o projeto falhou ao atribuir aos magis-

trados poderes para definir quando deverá haver situação de risco de dano irreparável para o recorrente, podendo, então, ser adotado o efeito suspensivo.

– Essa situação pode trazer uma série de lesões indevidas aos recorrentes e tornar inútil a decisão favorável obtida em sede de recurso – afirmou Jucá.

EDUCAÇÃO Projeto autoriza Poder Executivo a fixar remuneração mínima, válida para União, estados e municípios

País pode ter piso salarial de professor



A Comissão de Educação (CE) aprovou, por unanimidade e em decisão terminativa, projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que autoriza o Poder Executivo a instituir um piso salarial nacional para os professores das redes públicas de ensino. Emenda da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), também aprovada, estabelece que, no ano seguinte à sanção da lei, os professores com formação em nível médio terão o piso salarial fixado em R\$ 800 e os habilitados em

nível superior, em R\$ 1.100.

Pela proposta (PLS 59/04), para os exercícios subsequentes o piso será fixado por lei de iniciativa do Poder Executivo, não podendo ser estipulado em valores inferiores correspondentes a pelo menos 60% do investimento mínimo anual por aluno.

O piso, a ser instituído no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, será para uma jornada de 40 horas semanais. No caso dos professores, dois terços dessa carga horária devem ser dedicados às atividades em sala de aula. Os educadores terão o direito de

optar pelo regime de trabalho e de remuneração atuais.

Os recursos para a implantação do piso serão provenientes do investimento mínimo obrigatório em educação previsto na Constituição – no caso da União, pelo menos 18%, e para estados, DF e municípios, no mínimo 25% da receita tributária (inclusive a proveniente de transferências federais).

Cristovam Buarque lembrou que havia apresentado a proposta à Casa Civil quando foi ministro da Educação do atual governo (2003-2004), mas jamais foi transformada em projeto de lei.

– O futuro de um país a gente vê pela cara da escola e pelo bolso do professor. Se você vê a cara da escola sabe se o país tem futuro. A gente tem, no Brasil, em torno de

um salário que faça com que ele se sinta parte importante da sociedade – observou Cristovam.

Em apoio, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que há desigualdade não apenas entre as regiões brasileiras, mas também com relação aos professores que trabalham em escolas particulares e aqueles das escolas públicas. Pavan destacou que investimentos na área educacional podem contribuir para solucionar muitos dos problemas sociais, até mesmo os relacionados à segurança, “ao evitar que surjam novos marginais”.

Piso para professores com nível médio poderá ser de R\$ 800 e para os que tem nível superior, R\$ 1.100

22 mil escolas sem banheiro, 27 mil sem luz, piso de areia, salas apinhadas. O futuro do Brasil está aí. Mas não adianta ter escolas bonitas se o professor não tiver



O salário-base proposto por Cristovam Buarque será para jornada de 40 horas semanais. Dois terços dessa carga horária devem ser dedicados a atividades em salas de aula

Média salarial é de R\$ 700, aponta estudo da CNTE

Não existe parâmetro nacional para a carreira e os salários dos professores, como propõe o projeto do senador Cristovam Buarque. Até 1996, ano de criação do Fundef, havia professora municipal cujo contracheque mensal indicava vencimentos totais de R\$ 15. A média atual de remuneração no magistério básico, em início de carreira, gira em torno de R\$ 700, segundo informações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Muito pouco para profissionais que, em geral, precisam de dedicação exclusiva (a fim de criar vínculos com a escola), tempo para formação, constante atualização e aperfeiçoamento (para acompanhar a evolução técnica e científica).

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada em 2003, revelou que os trabalhadores em educação do Brasil têm um dos piores salários entre 32 países de economia equivalente. O levantamento considerou os salários médios anuais, em dólares, do ano de 1997, convertidos pela cotação média do ano.

Naquele momento, o salário anual de um professor com 15 anos de profissão foi avaliado em US\$ 6.450 (antes da maxidesvalorização). O número coincide com os valores apontados pela pesquisa da CNTE em 11 estados brasileiros, concluída há dois anos. Com o dólar então cotado em média a R\$ 3,40, o salário anual do educador era de US\$ 2.117, valor que situa o Brasil abaixo da Indonésia.

– Os projetos de piso salarial e de diretrizes nacionais para a carreira que tramitam no Congresso são importantes para resgatar a profissão e para elevar a qualidade da educação. Porém, as leis precisam ser cumpridas. Muitos municípios e alguns estados não possuem planos de carreira para os profissionais da educação, conforme preconizam a Constituição e a LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. Os excessivos contratos de trabalho são outro desrespeito pouco fiscalizado pela Justiça – afirma Marlei Carvalho, secretária de Divulgação da CNTE.

Êxodo do campo iniciou queda do ensino público

Até meados do século passado, a escola pública era considerada de excelência. Os filhos das classes média e alta disputavam as vagas em estabelecimentos de prestígio. Professores e funcionários tinham boa formação. Hoje pode parecer inverossímil, mas no início dos anos 50 o salário de um professor de ginásio (equivalente ao ciclo da 5ª à 8ª série do atual ensino fundamental) era equivalente ao de juízes de primeira instância.

Havia menos gente vivendo nas cidades e, portanto, menos demanda por vagas nas escolas. Na avaliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a industrialização e a urbanização aceleradas do país, a partir dos anos 50, trouxeram como consequência o esfacelamento dessa estrutura educacional, pois o país não seguiu investindo no setor no ritmo necessário para atender ao enorme crescimento da demanda.

– Para improvisar, e tentar remediar, jornadas de trabalho eram dobradas e até triplicadas a fim de compensar o rebaixamento dos salários. Profissionais com melhor qualificação se afastaram em busca de melhores condições de vida e trabalho – relata documento elaborado pela CNTE para a VII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

Outro problema que agravou a crise na educação pública foi a falta de regras para a contratação de professores. Somente com a Constituição de 1988 é que passou a ser exigido concurso público. Porém, ainda hoje, a legislação permite que o estado, “excepcionalmente”, contrate em regime de urgência sem concurso (os chamados professores “temporários”), para suprir ausências causadas por férias e licenças para tratamento de saúde ou maternidade, por exemplo.

No estado de São Paulo, quase a metade dos professores da rede pública (120 mil) tem contrato temporário. Isso levou o Ministério Público a intervir, exigindo a substituição desses trabalhadores por profissionais concursados e habilitados. É um problema de difícil solução. Sem os temporários, faltarão professores para boa parte dos alunos.

Nos anos 50, o salário de um professor de ginásio era equivalente ao de juízes de primeira instância

A maioria dos professores da educação básica...

- ✓ É mulher, entre 25 e 59 anos de idade (com predominância da faixa entre 40 a 59 anos)
- ✓ É casada ou tem companheiro
- ✓ Vive em casa própria perto do centro da cidade
- ✓ Tem habilitação adequada ao cargo que exerce
- ✓ Trabalha na rede estadual
- ✓ Já tem de 12 a 18 anos de serviço
- ✓ Trabalha, em média, oito horas semanais em casa
- ✓ Dedicar de 11 a 20 horas semanais a trabalhos extras
- ✓ Ocupa-se sozinha das tarefas domésticas
- ✓ Cultiva o hábito da leitura, mas quase não vai ao teatro ou ao cinema
- ✓ Não tem computador, quando tem, usa para fins profissionais
- ✓ O acesso à internet ainda é muito restrito e igualmente limitado a fins profissionais

Fonte: Pesquisa “Retrato da Escola 3”, da CNTE

Brasil x Exterior - 1997

Salários médios anuais (em US\$)

País	Início de carreira	15 anos de carreira	Topo da carreira
Chile	12.711	15.233	21.237
Jordânia	7.326	11.594	26.917
Filipinas	8.210	8.382	12.408
Argentina	6.759	9.442	11.206
Malásia	6.550	10.876	15.554
Tailândia	6.412	15.759	42.867
Uruguai	6.225	7.458	13.340
Brasil	4.732	6.451	15.522
Indonésia	2.768	3.992	8.321

COMISSÕES Proposta pode incluir sanções contra autoridades que não tomarem providências contra febre aftosa

Projeto estabelece punição para quem não vacina rebanho



As quase 40 mil cabeças de bovinos contaminados com o vírus da febre aftosa, abatidos entre outubro de 2005 e março deste ano no Paraná e em Mato Grosso do Sul, dão uma pequena dimensão dos problemas impostos a essas regiões e ao país com o retorno do fantasma que ciclicamente insiste em rondar os pastos brasileiros.

A falta de vacinação dos animais – seja por negligência ou por impossibilidade do produtor – é um dos principais motivos do surgimento de novos focos. Para reverter essa situação, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado discute o projeto de lei (PLC 76/04) do deputado Alex Canziani (PTB-PR) que cria penalidades para quem deixar de notificar a presença da doença nos rebanhos, não realizar a vacinação ou que de alguma forma dificultar a aplicação de medidas sanitárias.

Relator da matéria, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) é favorável à proposta, mas não acatou a sugestão do projeto original de que agricultores familiares fossem punidos com multa bem menor.

– O problema do pequeno se

transfere para o grande. Quando o agricultor familiar não puder vacinar seu pequeno rebanho, é preciso que entre em ação a agulha oficial, ou seja, uma vacinação patrocinada pelos governos federal, estadual e municipal e sindicatos, como está sendo feito em Mato Grosso – afirmou o senador.

Ele alertou para o fato de pequenos criadores, que moram longe das cidades, acabarem não tendo meios eficientes de comprar e armazenar corretamente a vacina, que deve ser mantida entre dois e seis graus e precisa ser aplicada em momento adequado.

Com um dos maiores rebanhos – 26 milhões de cabeças –, Mato Grosso não registra foco da aftosa há 12 anos. Além da vacinação local, a agulha oficial chega até as terras bolivianas, por meio de vacinas doadas pelos governos federal e estadual, para propriedades localizadas em até 50 km da fronteira, segundo o senador.

Mato Grosso do Sul também já realizou medida parecida com o vizinho Paraguai. Mas acredita-se que partiram de lá animais sem vacinação que cruzaram a fronteira seca com o estado.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior, houve queda de 79,6% no volume de carne bovina congelada comercializada no primeiro semestre deste ano em Mato Grosso do Sul, e de 76,5% no de carne fresca ou refrigerada.

Punição estendida às autoridades

Para os integrantes da CAS, as autoridades incumbidas de fiscalizar a realização das vacinações também precisam ser punidas quando não o fizerem, assim como quando não forem liberados os recursos destinados para esses programas. Jonas Pinheiro foi encarregado de inserir essas modificações no texto. O projeto deverá ser votado na comissão na primeira semana de setembro.

– Precisamos propor punição severa para aqueles que deixarem de executar políticas tão importantes como as de defesa sanitária animal e vegetal. Dessa forma as responsabilidades serão compartilhadas – disse Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).



Por causa dos focos de aftosa registrados no ano passado, mais de 40 mil cabeças de gado foram sacrificadas e dezenas de milhares de empregos perdidos no setor

JOSE ADAIR GOMERCINDO/SECS/PR

Suínocultores também sofrem com embargos

Mesmo sem registro de caso de suíno com aftosa no ano passado, o setor teve suas exportações altamente prejudicadas após o embargo de alguns países à carne bovina. Grande comprador, a Rússia, que importa 65% do volume destinado ao mercado externo, não fez distinções de áreas ao embargar a carne brasileira em dezembro passado.

De janeiro a junho de 2005, foram exportadas 292 mil toneladas de carne suína. No mesmo período deste ano, foram 211,7 mil, 37,9% a menos. Na quarta-feira, dois técnicos russos chegaram ao Brasil para verificar as medidas de combate à febre aftosa e, quem sabe, derrubar o embargo da Rússia às carnes bovina e suína.

Com a oferta em excesso do produto no mercado interno, os preços despencaram. Apesar de ser o único estado livre de aftosa sem vacinação, Santa Catarina foi um dos mais prejudicados com o embargo indiscriminado.

TCU alertou para fragilidade de programa

O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou na última quinta-feira relatório a partir de auditoria no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. De acordo com o documento, assinado pelo ministro Benjamin Zymler, o conteúdo da auditoria – que aponta problemas na execução do programa – foi levado ao conhecimento de secretários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, antes mesmo da divulgação da ocorrência de focos de aftosa em Mato Grosso do Sul, em setembro de 2005.

“O relatório demonstrava inequivocamente as deficiências do programa para evitar a reintrodução da doença no rebanho bovino brasileiro”, afirma o texto. Entre os problemas apontados estão a precariedade no controle do tráfego internacional de animais, que seria de responsabilidade do governo federal.

Emenda de senador proíbe o contingenciamento de verbas

Recursos escassos para o controle da febre aftosa – que, apesar de não ser transmitida aos seres humanos, inviabiliza a comercialização da carne – permitem que a doença seja registrada no Brasil desde 1870, quando surgiram os primeiros focos na região Sul. Em 2005, o Orçamento da União previa R\$ 124 milhões para a defesa sanitária animal, mas apenas R\$ 43,8 milhões foram pagos até dezembro, pouco mais de 35%.

Por isso, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 para que seja proibido o contingenciamento de recursos para o setor.

– O surgimento da aftosa no Mato Grosso do Sul e no Paraná era uma morte anunciada. Todos sabiam que não havia dinheiro liberado para ações que pudessem impedir a entrada do foco no Brasil. Nos postos de vigilância, falta

até telefone para a comunicação – afirmou o senador.

Para este ano o problema persiste, segundo Jonas Pinheiro. Dos R\$ 144,7 milhões autorizados para 2006, apenas R\$ 20,3 milhões haviam sido pagos até 21 de julho.

– O governo federal assinou os convênios nos últimos dias permitidos antes do período eleitoral, mas o dinheiro só sairá depois do segundo turno – informou.

O senador Flávio Arns (PT-PR) lembrou o drama dos produtores paranaenses após os surtos de aftosa que causaram prejuízos à economia e cortaram empregos.

– O descaso, a falta de organização, de eficiência e articulação dos órgãos competentes com a comunidade não pode continuar – opinou o senador, para quem as responsabilidades sobre a disseminação do foco precisam ser apuradas.

Pelo menos 52 países embar-

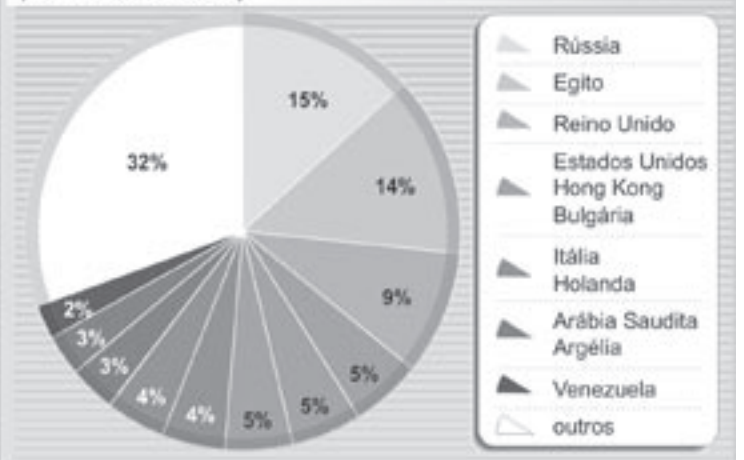


Jonas Pinheiro teme que falta de recursos para combate à aftosa se repita este ano

garam total ou parcialmente a compra de carne brasileira desde outubro do ano passado, quando foram confirmados os primeiros focos. No Mato Grosso do Sul, mais de 10 mil pessoas foram demitidas de frigoríficos e outras unidades comerciais.

Agora o governo faz campanha para conseguir novamente o status sanitário de área livre de aftosa. Mas grande parte do mercado foi perdido, especialmente a Rússia e países da Comunidade Européia.

Exportações de carne bovina por país importador (1º semestre de 2006)



Fonte: ABIEC Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne

Exportação brasileira de carne



Principais carnes exportadas	1º semestre 2006		1º semestre 2005	
	US\$	kg líquido	US\$	kg líquido
Carnes desossadas de bovino congeladas	995.494.049	476.266.353	811.585.280	429.337.096
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas	937.690.599	771.530.412	972.084.914	810.741.223
Carnes de galos/galinhas	394.181.753	411.760.816	472.836.188	503.651.345
Preparados alimentícios e conservas de bovino	319.335.877	97.764.064	225.191.575	86.522.237
Carnes de suíno congeladas	317.099.014	146.409.905	396.196.511	185.313.858
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	308.577.794	58.270.680	350.074.287	98.967.187

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

COMISSÕES

Remédios poderão ser vendidos em mercado

Os supermercados, armazéns, empórios e lojas de conveniência poderão vender medicamentos analgésicos e antitérmicos ou que não precisem de prescrição médica, conforme projeto de lei do Senado (PLS 146/06) aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou substitutivo aumentando os locais autorizados a comercializar os remédios – originalmente, só supermercados – e permitindo que outros medicamentos possam ser vendidos nesses locais, desde que constem em lista elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

– A matéria vai facilitar a vida da população, que regulamentará o que já ocorre na prática nas pequenas cidades – argumentou o senador Augusto Botelho (PDT-RR).

A proposição será encaminhada para votação em Plenário. Se aprovada, será encaminhada para análise na Câmara dos Deputados.

Também foi aprovado o PLS 597/99, do ex-senador José Eduardo Dutra, que garante distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à aplicação e ao monitoramento da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programa de educação para diabéticos. Além dos medicamentos, será distribuída a máquina que mede o nível de insulina no sangue dos portadores da doença.

A matéria já foi analisada pela Câmara dos Deputados e retornou à Casa para ser reavaliada, já que houve modificação para que não se estipule o prazo de 90 dias para a lei entrar em vigor. O projeto terá tramitação em regime de urgência no Plenário, graças a requerimento para este fim apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR) e aprovado na comissão.

– O projeto tem mérito indiscutível, pois dá apoio ao grupo dos diabéticos. A doença teve aumento de ocorrências e o número só vem crescendo – afirmou o presidente da CAS, senador Antônio

Carlos Valadares (PSB-SE).

Audiências públicas foram aprovadas

Dois requerimentos também foram aprovados na reunião. O primeiro, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns, pede a realização de audiência pública para debater o PLS 25/02, que define o chamado Ato Médico. O projeto pretende regulamentar os atos médicos, fortalecer o conceito de equipe de saúde e delimitar as esferas de competência de cada profissional. Ainda não há data definida para a audiência nem quais serão os palestrantes.

Pelo segundo requerimento aprovado, a CAS realizará audiência pública no dia 5 de setembro, proposta pelo senador Paulo Paim, para discutir a Proposta de Emenda à Constituição 24/05 e o PLS 274/03, que tratam da criação e da destinação de recursos para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

CRA é favorável à Fronteira Agrícola Norte

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deu parecer favorável a projeto de lei que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte. Do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o projeto (PLS 153/02) visa impulsionar as atividades agropecuária e extrativista nos estados que têm quase 70% das fronteiras secas do Brasil. A proposta, relatada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), será agora examinada pelo Plenário.

O programa será implementado na área formada pelos municípios dos estados que fazem parte da Amazônia Legal e cujas sedes estejam localizadas na faixa de até 450 quilômetros de largura ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Neste sentido, serão beneficiados com o programa os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte do Mato Grosso. Os estados do Tocantins e Maranhão, que

também compõem a Amazônia Legal, não fazem fronteira com os referidos países, portanto, estão excluídos do programa.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ressaltou a importância do programa para a região e lembrou que o assunto foi discutido em audiência pública realizada com o objetivo de instruir o projeto.

Promover a fixação do homem no campo e desestimular o êxodo rural, incentivar o desenvolvimento econômico e social e a agricultura familiar por meio do cooperativismo e estabelecer modelos de desenvolvimento sustentável são alguns dos objetivos do programa.

Na mesma reunião, a CRA aprovou ainda substitutivo apresentado em voto separado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ao PLC 6/03, do deputado Alberto Fraga (PFL-DF), que dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

Senadores buscam consenso sobre cotas

Na audiência pública para discutir os projetos que estabelecem cotas nas universidades públicas, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu um consenso em torno das diferentes proposições que buscam diminuir as desigualdades que atingem especialmente negros e índios.

A audiência teve como palestrantes o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Matilde Ribeiro.

O estatuto, projeto de Paim aprovado pelo Senado e enviado à Câmara no fim do ano passado, estabelece a reserva, para afro-descendentes, de 30% das vagas de instituições públicas federais de educação superior.

Matilde Ribeiro lembrou que, após a aprovação do Progra-



Ministra Matilde: 60 mil negros e 2 mil índios se matricularam

ma Universidade para Todos (ProUni), 200 mil alunos de escolas públicas se matricularam em faculdades, sendo que mais de 60 mil negros e 2 mil indígenas. O estatuto é “um potente instrumento que encurta caminhos, prevendo ações afirmativas em todas as áreas”.

Presidente da Ancine defende projeto de incentivo

Em audiência pública na Comissão de Educação (CE), o presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, disse que a criação do Fundo Setorial do Audiovisual, prevista pelo Projeto de Lei 7.193/06, do Poder Executivo, poderá permitir uma autonomia mínima indispensável à produção cinematográfica no Brasil.

Também participaram da audiência o diretor-executivo da Globo Filmes, Carlos Eduardo Rodrigues; o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes (Abradi), Bruno Wainer; o diretor e produtor Roberto Farias; e o coordenador-geral do Fórum Audiovisual do Cinema (FAC), André Luiz Pompéia Sturm.

CE aprova projeto que institui seguro educacional

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável a projeto do então senador Carlos Bezerra que institui o seguro educacional. O PLS 226/02 tem a finalidade de auxiliar o estudante a pagar mensalidades escolares quando ele perder o emprego e não puder mais arcar com as despesas.

A proposta, relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Pelo projeto, o seguro ainda poderá ser estendido ao responsável pelo pagamento das despesas escolares.

Brasil condena ataques de Israel, diz chanceler

O governo brasileiro condena as ações militares “desproporcionais” que o Estado de Israel vem implementando no sul do Líbano, afirmou o chanceler Celso Amorim, em audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Para ele, o conflito no Oriente Médio “pegou de surpresa” a todos, mas, mesmo assim, o governo brasileiro trabalha no sentido de lutar por um cessar-fogo na região, “com o objetivo de pôr um fim à matança de civis”.

Celso Amorim informou que o Ministério das Relações Exteriores, em parceria com as empresas aéreas nacionais e com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), já resgatou até agora 2.250 brasileiros do território libanês. E disse que essa é a maior operação de resgate de



Segundo Celso Amorim, retirada de brasileiros do Líbano é a maior da história

brasileiros no exterior já registrada na história do país. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) enalteceu o trabalho de Amorim ao determinar a evacuação de brasileiros, ao mesmo tempo em que também condenou os maciços ataques de Israel no Líbano.

Comissão repudia força antiterror na Tríplice Fronteira

A CRE aprovou por unanimidade autorização para que seu presidente, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), envie carta ao Senado dos Estados Unidos solicitando a rejeição de moção apresentada por uma deputada norte-americana, que encoraja o presidente George W. Bush a buscar o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) para criar uma força-tarefa destinada a combater supostos focos de terrorismo na chamada Tríplice Fronteira, localizada entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Apesar de reconhecer resistências no Senado norte-americano à aprovação da proposta, já acolhida pela Câmara dos Deputados, Saturnino considerou “grave” a iniciativa da parlamentar.

CCJ da Câmara acolhe Parlamento do Mercosul

O Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul teve seu texto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e, segundo informações da assessoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, poderá ser apreciado no Plenário daquela Casa no próximo esforço concentrado, em setembro, já que tramita em regime de urgência.

Para isso, a pauta da Câmara terá que ser desobstruída pela votação de medidas provisórias, conforme acordo realizado entre os presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros e as lideranças partidárias.

Indicações de dois embaixadores são acatadas pela CRE

A CRE acolheu a indicação do diplomata Paulo Alberto da Silveira Soares para o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura, ilha do sudeste da Ásia com 699 km² – menor, portanto, que o Distrito Federal –, mas com altas taxas de crescimento econômico, graças a pólo industrial de alta tecnologia e forte centro financeiro. O comércio bilateral entre Brasil e Cingapura vem crescendo de forma acentuada e, até o fim do ano, deve chegar a US\$ 2,5 bilhões. Na mesma reunião, a CRE aprovou o nome de Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer, cumulativamente, as chefias das embaixadas do Brasil na Noruega e na Islândia, no norte da Europa. As duas indicações presidenciais seguem agora para análise do Plenário.

COMISSÕES Governo e oposição costuram acordo para unificar textos em tramitação no Senado e na Câmara

CAE aprova marco regulatório do gás



César Borges (E), relator, e Rodolpho Tourinho, autor: preocupação em incentivar crescimento do setor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que dispõe sobre atividades do segmento de gás natural, entre as quais a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, distribuição e comercialização do produto. A matéria – conhecida como Lei do Gás (PLS 226/05) – foi acolhida com sub-emendas do relator, senador César Borges (PFL-BA), que acolheu o texto do colega de partido Rodolpho Tourinho, autor da proposta.

Foi também aprovado acordo, de iniciativa do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que deve permitir uma tramitação mais rápida da matéria no Congresso. Com apoio de Tourinho e do relator, o líder propôs entendimentos para que seja constituída uma comissão mista de senadores e deputados para elaborar um texto que unifique o projeto aprovado na CAE e um outro, de teor semelhante, que tramita na Câmara.

O projeto aprovado cobre lacunas da Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), onde são tratados apenas aspectos referentes à prospecção e produção dessa fonte de energia. A ausência de um marco regulatório consistente tem sido apontada como obstáculo ao crescimento do gás natural na matriz

energética nacional, a despeito de sua maior utilização nos últimos anos na geração de energia para uso industrial e na frota de táxis.

CI já deverá examinar o texto de consenso

Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), próximo passo de sua tramitação, a matéria já deverá ser examinada, em decisão terminativa, com base no texto elaborado pela comissão mista. Depois, seguirá para a Câmara. A mesma estratégia já foi usada na elaboração do texto que permitiu acelerar a tramitação do novo marco regulatório do saneamento, com a superação de conflitos entre proposta do Executivo e outras de origem legislativa.

Tourinho fez questão de destacar, antes da aprovação do acordo, que o relator da comissão mista deve ser escolhido de forma consensual, em negociações de que ele e o relator participem. Observou, ainda, que a matéria envolve questões técnicas, sem caráter ideológico.

– Misturar ideologia com gás vai dar no exemplo da Bolívia ou da Venezuela – disse ele, em referência a dois fortes produtores de energéticos onde, a seu ver, ações políticas interferem nas atividades econômicas correlatas.

CAE aprova Fundo Brasil de Cidadania

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) substitutivo ao projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania e seu respectivo conselho deliberativo. O projeto (PLS 82/99) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) teve como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A proposta cria um fundo contábil, de natureza financeira, destinado ao financiamento da renda básica de cidadania, cujos recursos, além das dotações orçamentárias da União, incluirão 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras; 50% dos recursos recebidos em

moeda corrente, títulos e créditos, inclusive decorrentes de acordos específicos, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização; e outros 50% dos recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, bem como da permissão ou autorização para a prestação de serviço público.

Também vão financiar o programa da renda básica: 50% dos recursos oriundos da renda de imóveis pertencentes à União; 50% dos recursos oriundos da autorização ou concessão das atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais; 50% dos recursos da contratação, com empresas estatais ou privadas, da realização das atividades de

pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, refinação do petróleo e importação e exportação de seus derivados, transporte marítimo de petróleo bruto e de gás natural; rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes do patrimônio do Cidadania; doações e contribuições.

O repasse dos recursos ao Cidadania será feito nos mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Deverá ser instituído um conselho deliberativo, composto de nove membros e respectivos suplentes, para gerir os recursos do fundo.

Executivo será obrigado a explicar melhor isenções fiscais

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram, em caráter terminativo, projeto de lei que informa de maneira mais clara à sociedade os setores econômicos e as regiões beneficiados por incentivos governamentais. O projeto (PLS 397/99), do senador Edison Lobão (PFL-MA), será submetido a votação em turno suplementar na próxima reunião

da comissão, conforme explicou o presidente do colegiado, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), pelo fato de ter sido aprovado o substitutivo de forma integral, feito ao projeto pelo relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo Suplicy, o projeto propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e des-

pesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, previsto no artigo 165 da Constituição.

O artigo 165 trata das leis de iniciativa do Poder Executivo, tais como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos anuais. Há um parágrafo estabelecendo que o projeto de lei orçamentária deverá

ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Mas essa redação, segundo o relator da matéria, é “reconhecidamente imprecisa, confusa e redundante”. O projeto vem, justamente, esclarecer essas informações.

Comissão ouve Mantega sobre investimentos

A CAE convidará o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a comparecer ao Senado para esclarecer a comissão acerca de dúvidas e distorções relativas aos investimentos da União. O requerimento é de autoria do líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), e do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), disse que já explicou ao ministro os motivos do convite e que Guido Mantega enviou expediente à comissão, lido aos senadores, no qual fala sobre as matérias

divulgadas pela imprensa a respeito da nota técnica elaborada pelo Tesouro Nacional sobre o assunto. No documento, Mantega declara ainda que está pronto para esclarecer quaisquer dúvidas sobre a questão.

Outro requerimento aprovado, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), convida o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para uma reunião conjunta da CAE com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para prestar esclarecimentos sobre as recentes negociações da Rodada Doha,

no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Genebra nos dias 22 e 23 de julho.

As negociações multilaterais fracassaram nessa reunião, mas o governo brasileiro considera que houve apenas uma suspensão dos trabalhos e não um encerramento da Rodada Doha, devendo continuar as negociações entre representantes de vários países, conforme avaliação feita pelo diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Roberto Carvalho de Azevedo.

Projeto que cria a Super-Receita só será votado pela CAE depois das eleições

O projeto de criação da Super-Receita, a partir da junção das secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, será votado na CAE apenas depois das eleições. A decisão foi tomada na semana passada, acolhendo proposta do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

De acordo com o líder, a matéria (PLC 20/06) é extremamente complexa, exigindo exame mais aprofundado. Além disso, observou, o momento eleitoral dificulta o debate do tema, que precisa ser feito de

forma “apartidária”. Argumentou, ainda, que as mudanças na estrutura da arrecadação tributária podem inclusive comprometer o futuro da gestão pública.

– Qualquer governo depende de arrecadação consistente – salientou Jucá.

A oposição apoiou o adiamento, mas aproveitou para criticar o governo pela mudança de posição. O senador César Borges (PFL-BA) lembrou que a primeira proposta para mudar a estrutura da arrecadação foi apresentada ao Congresso por meio de medida provisória, perdendo

a validade por falta de exame dentro do prazo constitucional.

Jucá reagiu dizendo que o projeto é mesmo urgente, apenas não pode ser discutido em meio ao clima eleitoral, mas que voltará a ser tratado como prioridade depois das eleições. O líder foi também atendido no apelo ao relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), para que apresente um relatório reunindo todas as emendas que foram por ele aproveitadas.

O relator destacou erros do governo na

condução do projeto, desde a apresentação inicial por MP, em ano pré-eleitoral. Observou, ainda, que falta consenso em torno da matéria dentro do próprio Executivo, havendo inclusive oposição de ministros. Também refutou críticas, segundo ele vindas de Jucá, de que algumas emendas aproveitadas ferem o espírito do projeto e vão “inibir” o poder da fiscalização tributária.

– A fiscalização tem que ser dura com o sonegador, mas respeitar o contribuinte – justificou.

SANGUESSUGAS Texto a ser apresentado nesta quinta-feira encerrará fase das investigações focada no Legislativo

CPI já tem base para relatório parcial



O depoimento prestado na semana passada pelo empresário Luiz Antônio Vedoin deu segurança à CPI dos Sanguessugas para apresentar nesta quinta-feira um primeiro relatório. A avaliação foi feita pelo presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ).

A CPI foi instalada em 22 de junho para investigar o esquema de venda de ambulâncias superfaturadas a prefeituras com recursos do Orçamento da União liberados por meio de emendas de parlamentares. A entrega do relatório parcial nesta semana encerrará a primeira fase dos trabalhos, que foi

focada principalmente na investigação do envolvimento de parlamentares nas fraudes.

Biscaia disse que as afirmações de Luiz Antônio Vedoin (sócio da Planam, empresa que vendia as ambulâncias), somadas às provas materiais, como depósitos em contas-correntes, e indícios, como atos oficiais e a presença em reuniões, incriminam "um elevado número de parlamentares".

Já temos elementos, por exemplo, que confirmam a participação de três senadores – disse Biscaia, referindo-se a Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Os três negam envolvimento no esquema e apresentaram defesa ao relator, senador Amir

Lando (PMDB-RO).

Segundo Biscaia, mesmo os parlamentares que participaram de encontros destinados à negociação de emendas posteriormente não apresentadas devem ser considerados culpados, pois teriam se mostrado dispostos à corrupção. Mas o deputado preferiu ater-se à convicção de que a CPI já dispõe de provas necessárias para mapear o esquema e a participação – ou não – de aproximadamente 90 parlamentares.

Os juízos de valor que serão registrados no relatório deixam por conta do relator, mas não podemos aceitar que parlamentares façam parte de uma sociedade para negociar emendas – disse o presidente da CPI.

O deputado Fernando Ferro (PT-PE) observou que o depoimento de Luiz Antônio Vedoin contribuiu no sentido de inocentar entre quatro e seis parlamentares. Mas, como outros foram incriminados, a "lista dos inocentes" deverá se situar em torno de 15 parlamentares.

Segundo o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), com a divulgação do relatório da CPI na quinta-feira, as Mesas das duas Casas do Congresso já estarão aptas a abrir processos de cassação dos que participaram do esquema.

A Câmara poderá pegar todos os parlamentares que comprovadamente receberam depósitos em suas contas e propor ao Conselho de Ética que os julgue no mesmo dia – disse.

Biscaia afirma que há provas contra "elevado número de parlamentares"

Convocação de ex-ministros será decidida nesta terça-feira

A CPI dos Sanguessugas deverá votar nesta terça-feira 50 requerimentos dos integrantes da comissão. Entre eles, os que pedem a convocação dos ex-ministros da Saúde José Serra (PSDB) – no governo Fernando Henrique Cardoso –, Humberto Costa (PT) e Saraiva Felipe (PMDB) – já no governo Lula. O objetivo é colher dados sobre supostas irregularidades em convênios do ministério com prefeituras para a compra de ambulâncias durante as gestões dos três ex-ministros.

A participação do Poder Executivo em fraudes na compra de ambulâncias será investigada por uma sub-relatoria da CPI dos Sanguessugas, cuja criação o relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), anunciou na segunda-feira passada. O foco da sub-relatoria do Executivo englobará os ministérios da Ciência e Tecnologia, dos Transportes e da Educação, onde também teriam ocorrido irregularidades.

Mas o deputado Júlio Recker (PSDB-RS), da sub-relatoria do Executivo, disse na quinta-feira que há uma pressão para que a comissão se esgote com a investigação dos parlamentares. Com isso, a participação de ministérios e prefeituras no esquema seria investigada pela Justiça.

O relator Amir Lando anunciou a criação da sub-relatoria do Executivo

Para evitar que isso ocorra, o deputado disse que pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) a criação de uma força-tarefa para acelerar os trabalhos. O objetivo é que o órgão ajude a mapear a tramitação das emendas parlamentares desde a liberação nos ministérios até as prefeituras.

O deputado quer identificar os responsáveis por assinar os convênios, pela liberação das emendas, pelo controle de qualidade dos equipamentos recebidos, entre outras informações. Segundo ele, o presidente do TCU, ministro Adilson Motta, concordou em destacar servidores para atuar na força-tarefa.



O relator Amir Lando com o sub-relator Carlos Sampaio (acima) e o presidente Antonio Carlos Biscaia (ao lado): CPI deve se reunir na terça-feira para definir os próximos passos, inclusive com relação ao relatório previsto para ser apresentado no fim da semana



Arthur Virgílio defende Mercadante

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou na sexta-feira, em Plenário, não acreditar que o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) esteja envolvido na liberação de recursos orçamentários para a compra superfaturada de ambulâncias.

Em depoimento prestado na quinta-feira à CPI dos Sanguessugas na Polícia Federal em Brasília, o empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam, empresa que vendia as ambulâncias, teria dado a entender que um representante de São Paulo no Senado participava do esquema. Ele teria isentado a participação dos senadores Romeu Tuma (PFL) e Eduardo Suplicy (PT), sugerindo assim a participação de Mercadante. Os três são os representantes de São Paulo no Senado.

O empresário teria dito ainda que o suposto quarto senador

teria conseguido a liberação de R\$ 20 milhões em recursos extra-orçamentários para compra de ambulâncias.

Luiz Antônio Vedoin já havia relacionado ao esquema outros senadores: Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES). Os três, afirmou o empresário, teriam conhecimento de que suas emendas estariam sendo usadas para liberar dinheiro do Orçamento para a compra de ambulâncias. Todos os três já negaram envolvimento com a máfia das ambulâncias e apresentaram defesa à CPI.

O relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), negou que a comissão trabalhe com o envolvimento de um quarto senador.

No depoimento, Vedoin também ampliou as acusações contra 92 parlamentares já envolvidos e citou dois novos de-

putados como participantes da máfia das ambulâncias. Os dois parlamentares, cujos nomes não foram revelados, não estavam nas listas já em posse da CPI. Eles deverão ser notificados depois da divulgação do relatório da comissão nesta quinta-feira, juntamente com outros dois cuja participação foi descoberta na semana passada – Philemon Rodrigues (PTB-PB) e Salvador Zimbaldi (PSB-SP).

O empresário teria apresentado ainda o nome de testemunhas que podem comprovar que alguns parlamentares receberam propina em dinheiro vivo.

O presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), disse que Luiz Antônio Vedoin reafirmou que os parlamentares citados anteriormente em seu depoimento à Justiça de Curitiba sabiam que seus assessores recebiam propinas.



Luiz Antônio Vedoin foi ouvido por senadores da CPI na última quinta-feira em Brasília

SANGUESSUGAS Sub-relatora da CPI diz que é contra restringir a apresentação de emendas por parlamentares

Rito orçamentário causa polêmica

O esquema de compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro do Orçamento da União suscita um debate acalorado sobre o processo de apresentação das emendas que liberam essas verbas. Algumas sugestões sobre o tema têm gerado bastante polêmica, como a que foi feita pelo ministro do Planejamento, Paulo

Bernardo. Em reportagem publicada na semana passada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro disse que enviará ao Congresso projeto de lei sugerindo

que deputados e senadores possam apresentar emendas somente para políticas desenvolvidas pelo governo federal, e não mais por estados e municípios.

A sub-relatora de processo orçamentário da CPI dos Sanguessugas, deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), não concorda com a sugestão do

Executivo. Segundo a deputada, o projeto restringiria a capacidade de parlamentar de legislar.

Vanessa se diz contra qualquer proposta de limitação do poder dos parlamentares, como o fim ou a restrição da apresentação de emendas individuais no processo orçamentário.

Para evitar novas irregularidades no Orçamento, ela defende uma maior transparência do Siafi, o sistema eletrônico que permite o acesso à execução orçamentária.

A sub-relatora quer que cada município tenha, pelo menos, a possibilidade de acesso ao sistema. Sua proposta prevê também maior abrangência dos dados expostos no Siafi, incluindo até a licitação em si.

A deputada informou que deixará para o relatório final da CPI as sugestões de mudanças na legislação do Orçamento.

Relatório final da CPI terá sugestões de mudanças no rito orçamentário

Desvio de recursos não é novidade

O economista José Carlos Alves dos Santos era funcionário do Congresso, especialista em Orçamento Geral da União, até ser preso em 1993 como suspeito pela morte de sua mulher. Com a prisão, descobriu-se que ele tinha outras especialidades: falcatruas e orgias com o dinheiro público. Desmoralizado, o economista abriu a boca em entrevista à revista *Veja*. Revelou que o Orçamento era manipulado por um esquema de corrupção do qual faziam parte governadores, ministros, senadores e deputados. Os envolvidos recebiam comissões gordas para favorecer empreiteiras e desviavam recursos para entidades de assistência social fantasmas. Muitos dos integrantes da quadrilha

eram parlamentares de pequena estatura, os anões do Orçamento, liderados pelo deputado João Alves. As denúncias de Santos levaram à instalação da CPI do Orçamento. Em seu relatório final, a comissão pediu a cassação de 17 deputados e um senador, recomendando que prosseguissem as investigações sobre 12 outros parlamentares. Apurou ainda que a rede de corrupção envolvia 12 construtoras. Os congressistas encarregados de incluir emendas no Orçamento recebiam em média o equivalente a 3% do valor das obras. Foi descoberto também que cerca de US\$ 50 milhões

destinados a entidades assistencialistas foram desviados entre 1989 e 1993. Dos 18 parlamentares acusados pela CPI, seis foram cassados, quatro escaparam ao renúncio antes do julgamento (inclusive

João Alves) e oito acabaram absolvidos na Câmara. Entre os cassados, o ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, que no ano anterior presidira o processo de *impeachment* contra o então presidente da República Fernando Collor de Mello. Poucos meses após aprovar o impedimento de um presidente da República, o Congresso também se viu atingido por um escândalo.

Congresso foi atingido por escândalo cerca de um ano após impeachment

Ney Suassuna quer ser ouvido logo pela CPI

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), insistiu, na última quinta-feira, para ser ouvido pelos integrantes da CPI dos Sanguessugas, por ter sido citado em depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, proprietário da Planam, empresa acusada de intermediar fraudes na compra de ambulâncias por prefeituras, com verbas do Orçamento federal.

Suassuna chegou a entrar em uma reunião fechada da CPI, destinada a ouvir 29 assessores de 30 parlamentares citados por Luiz Antônio – entre eles, um ex-assessor do próprio senador. Mas evitou constrangimentos deixando a sala.

O relator da CPI dos Sangues-

sugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), prometeu submeter aos integrantes da comissão uma proposta para que Suassuna possa se explicar nesta terça-feira.

– Estou indignado com tudo isso. Tenho o direito de me defender. Tenho o direito de conhecer os documentos que a CPI recebeu. É inacreditável. Não me deixam ver nada, mas tudo tem saído nos blogs de internet mantidos por jornalistas – desabafou Suassuna.

O senador peemedebista se recusou a comentar o novo depoimento dado pelo empresário Luiz Antônio à CPI, na quinta-feira, na sede da Polícia Federal, em Brasília.

– Não vou comentar o que não vi e nem li – afirmou.

“Estou indignado com tudo isso. Tenho o direito de me defender.”

Ex-assessor nega recebimento de propina

O corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), ouviu na quinta-feira o ex-assessor do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) Marcelo Cardoso Carvalho, preso em maio passado pela Operação Sanguessuga da Polícia Federal. No depoimento, o ex-assessor negou ter recebido comissões referentes ao esquema de fraudes para compra superfaturada de ambulâncias com a utilização de recursos provenientes de emendas parlamentares ao Orçamento da União. Carvalho disse ainda não saber quem teria recebido tais comissões.

– Não é muito consistente o depoimento porque ele nega envolvimento, apesar de o senador [Suassuna] tê-lo responsabilizado por vários fatos que ocorreram com as emendas. Vamos ter de ouvir outras pessoas para formar um mosaico e depois pedir explicações ao senador – frisou Tuma.

Segundo o corregedor, Carvalho assegurou que às vezes colaborava na elaboração de emendas, e garantiu que sempre informava o senador sobre tudo que fazia. O ex-assessor teria afirmado ainda no depoimento que não recebeu nenhum valor de Darci Vedoin ou de seu filho, Luiz Antônio Vedoin, donos da Planam, empresa que vendia as ambulâncias superfaturadas. Ele disse apenas que recebeu um depósito referente ao pagamento de um barco em cuja compra Darci foi intermediário, relatou Tuma.

Carvalho deve passar por careação com os empresários



Romeu Tuma, corregedor do Senado, disse que depoimento de ex-assessor não é muito consistente. "Vamos ter de ouvir outras pessoas"

Luiz Antônio e Darci Vedoin na Corregedoria, disse Tuma, que pode apresentar requerimento nesse sentido na CPI dos Sanguessugas, a qual integra.

Genro de senadora será ouvido por Tuma

O próximo a ser ouvido pela Corregedoria deve ser o genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), Paulo Roberto, para explicar supostos depósitos da Planam em sua conta bancária. O corregedor quer ouvir também o deputado licenciado Lino Rossi (PP-MT), que teria emprestado ao senador Magno Malta (PL-ES) uma perua Fiat pertencente ao esquema das ambulâncias. Tuma explicou que ainda não abriu processo formal de investigação contra Suassuna, Magno Malta e Serys porque optou por ouvir primeiro os assessores e as

testemunhas deles.

Na sexta-feira, em Plenário, o senador Magno Malta apresentou declaração de Lino Rossi em que ele afirma que realmente emprestou uma perua Fiat ao senador. Magno Malta comunicou que já entregou a declaração à Corregedoria do Senado, juntamente com a documentação em sua defesa.

O corregedor também afirmou que conversou com o senador José Sarney (PMDB-AP) e que não há indício de envolvimento dele no esquema. Sarney e o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) teriam sido relacionados ao esquema de corrupção pelo empresário Luiz Antônio Vedoin, conforme notícia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Os dois parlamentares não devem ser investigados pela CPI, segundo Tuma.



Ney Suassuna: "É inacreditável. Não me deixam ver nada, mas tudo tem saído nos blogs mantidos por jornalistas"

PLENÁRIO

Virgílio quer adiar votação do Orçamento

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), defendeu na última sexta-feira que o Orçamento de 2007 seja votado apenas no ano que vem, em razão de indícios que apontam a participação de parlamentares no esquema de compra superfaturada de ambulâncias com emendas orçamentárias.

– Este Congresso é o mais desmoralizado da história parlamentar brasileira. A crise teve a cumplicidade do Executivo. Suas raízes foram expostas pela forma leniente com que este governo trata a corrupção. Proponho à minha bancada que não vote Orçamento algum. Este Congresso não tem moral para votar o Orçamento. Não pretendo votar nada aqui, vamos aprovar isso só no ano que vem, com isenção – enfatizou o senador.

Virgílio afirmou que mantém respeito por militantes e congressistas do PT, mas criticou pronunciamento feito em Plenário, na última quinta-feira, pela líder do partido no Senado, Ideli Salvatti (SC). A senadora solicitou o envio, aos integrantes da CPI dos Sanguessugas, das fotos em que o ex-ministro da Saúde José Serra aparece em cerimônia de entrega de ambulâncias a prefeitos de

Mato Grosso.

– Não vi nada demais nas fotos do Serra. Se isso significar desdouro para um homem público, o Lula teria de ser expulso do poder a pontapé. Já vi Lula em fotos debochadas, seja com o seu acusador Roberto Jefferson, seja com as pessoas que o Roberto Jefferson acusou – disse Virgílio, referindo-se ao ex-deputado que foi cassado pela Câmara após ter denunciado o esquema de cooptação de parlamentares para votar favoravelmente em matérias de interesse do governo, o chamado mensalão.

Para o senador, os parlamentares governistas erram de estratégia quando tentam associar o nome do ex-ministro José Serra aos outros acusados de participar do esquema fraudulento de aquisição de ambulâncias, de acordo com o depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, apontado como um dos principais organizadores do esquema que está sendo investigado pela CPI dos Sanguessugas.

– Uma acusação não é respondida pelo PT com o desbaratamento da peça acusatória. Isso de comparar o José Serra ao Sarraiva Felipe e ao Humberto Costa



Para Virgílio, lei orçamentária só deve ser votada no próximo ano

[também ex-ministros da Saúde] corresponde a uma leviandade extrema. Em seu depoimento, o empresário Vedoin acusa frontalmente o Humberto Costa, ex-ministro do PT – disse.

Na avaliação de Arthur Virgílio, o esquema de aquisição de ambulâncias a preços superfaturados com recursos orçamentários prosperou no governo do presidente Lula, como atestariam os depoimentos prestados à Justiça até o presente momento pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, filho de Darci Vedoin e sócio do pai na Planam, empresa acusada de ser favorecida na negociação dos veículos.

CÉLIO AZEVEDO

Paim: projetos integrados irão favorecer inclusão

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na última sexta-feira que, sendo contra qualquer tipo de discriminação, está aberto ao entendimento de que é possível integrar o projeto do Estatuto da Igualdade Racial ao Projeto de Lei 73/99, ambos tramitando na Câmara, para que todos os brasileiros excluídos tenham acesso ao ensino superior. A proposição, da deputada Nice Lobão (PFL-MA), garante 50% das vagas nas universidades federais a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.

– Por que a gente não funde tudo numa única proposta e contempla efetivamente quem precisa? – sugeriu Paim.

Para o senador, a consequência principal dessa integração é levar efetivamente a universidade federal a contemplar os alunos de escolas públicas, nas quais estão negros, brancos e índios, a maioria pobre.

Leomar Quintanilha aponta saídas para crise da pecuária

Alíquota zero para ração e sal mineral e supressão em toda cadeia da carne do PIS e da Cofins são, na avaliação de Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), propostas viáveis para que a pecuária brasileira saia da atual crise em que se encontra, considerada por ele como uma das mais graves.

Conforme o senador, que vem realizando reuniões com todos os segmentos da cadeia da carne, na tentativa de encontrar solução para a crise do setor, a própria Receita Federal vê com bons olhos as propostas, até que o setor volte a se estabilizar, até mesmo em relação às exportações.

Zambiasi lembra centenário de Mario Quintana

Os cem anos de nascimento do poeta gaúcho Mario Quintana foram lembrados, em Plenário, na última sexta-feira por Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O senador destacou as homenagens em curso em Porto Alegre, cidade na qual o poeta viveu grande parte da sua vida e onde é celebrado o “Ano do Centenário Mario Quintana”. Também na capital gaúcha está localizada a Casa de Cultura Mario Quintana. A requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) será realizada no Senado, em novembro, uma sessão solene em homenagem ao poeta.

Bornhausen diz que há censura na Voz do Brasil

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a abertura de uma sindicância para apurar por que nem seu pronunciamento, nem os de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), realizados na sessão da última terça-feira, com críticas ao presidente Lula e ao governo federal, entrou na seleção das matérias veiculadas no espaço reservado ao Senado na *Voz do Brasil*, que é produzido pela Rádio Senado.

– Isso, evidentemente, se trata de censura. Não posso receber de outra maneira essa atitude



Jorge Bornhausen

– opinou.

Renan respondeu que solicitou ao diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg, que levante os responsáveis pela suposta censura para que providências sejam tomadas.

Antonio Carlos Magalhães disse temer que alguém do Senado, à revelia de Renan e de Rollemberg, esteja ajudando a censurar senadores no noticiário. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) esclareceu que o governo federal não participa da escolha das matérias veiculadas no horário reservado para o Senado na *Voz do Brasil*.

Jereissati alerta para possível reeleição de corruptos

O presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), afirmou que o “boicote” ao seu discurso e ao de Jorge Bornhausen (PFL-SC) na *Voz do Brasil* “demonstra que o presidente Lula governa como quem quer ser ditador”.

O senador disse que a eleição de outubro próximo será “a mais corrupta da história do país”, com mensaleiros e sanguessugas competindo em grande vantagem contra deputados honestos que tentam a reeleição

e contra novos candidatos. Segundo Jereissati, o Executivo federal alimenta o esquema que envolve deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e prefeitos. “A corrupção nunca esteve tão institucionalizada quanto no governo Lula.”

Ele acrescentou que o PSDB iniciou na semana passada processos de expulsão de dois deputados suspeitos de envolvimento em fraudes: Domiciano Cabral (PB) e Paulo Feijó (RJ).

Ideli defende Rádio Senado contra críticas

Ideli Salvatti (PT-SC) lamentou que Jorge Bornhausen (PFL-SC) tenha acusado a Rádio Senado de censura discursos de senadores.

– Alguém que foi governador biônico e ministro da ditadura militar não tem moral para falar em censura – afirmou.

Bornhausen rebateu confirmando sua opinião de que teve seu discurso censurado, e repetiu as críticas ao presidente Lula, que teriam motivado a suposta censura.

– Lula não tem autoridade moral, porque permitiu o valeduto, o mensalão, os vampiros e os sanguessugas.

Ideli rechaçou as críticas ao presidente salientando que, “enquanto a oposição fala em escândalos, a Companhia Vale do Rio Doce, que foi privatizada por R\$ 3,1 bilhões no governo FHC, teve um lucro de R\$ 3,9 bilhões no segundo trimestre deste ano”.

Em resposta, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que, “felizmente, o governo anterior teve a coragem de diminuir o tamanho do Estado e acabar com o vertedouro de corrupção”, pois, na sua avaliação, “se a Vale continuasse estatal, seria um prato cheio para o atual governo”.

Tião Viana: discursos sofreram “embrutecimento verbal”

O senador Tião Viana (PT-AC) lamentou o que ele classificou de “onda de ataques verbais insuportável” pela qual estaria passando o Senado nos últimos meses.

– Os discursos estão sofrendo um “embrutecimento verbal”. Infelizmente, a intolerância e as adjetivações tomaram conta dos debates e do ambiente político – disse Viana, conclamando os partidos a firmarem um pacto com o objetivo de



Tião Viana

retomarem “diálogos e debates elevados, com responsabilidade política”.

Para ele, “é uma tragédia o fato de o processo legislativo e as grandes causas da nação estarem sendo deixados em segundo plano”. O senador condenou ainda os ataques dirigidos ao presidente Lula pela oposição. Ele afirmou que a trajetória pessoal e política de Lula não o faz “merecedor desse tipo de adjetivação”.

Proposta de constituinte para reforma eleitoral gera polêmica

A idéia da criação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva para fazer a reforma política, composta por integrantes não-políticos, que possa ser eleita em 2007 e funcionar em 2008 – proposta por juristas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e apresentada por Lula – recebeu fortes críticas, na semana passada, de senadores da oposição, como Heráclito Fortes (PFL-PI).

– Lula não tem autoridade para propor ao Congresso um pacto desse tipo. Passou quatro anos ignorando esta Casa – assinalou.

Em resposta, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), disse que a proposta está sendo mal divulgada e que se trata de apenas “um debate que está se abrindo”. Ela explicou que a reunião do presidente na OAB não tinha como objetivo tratar da constituinte, mas a idéia surgiu na ocasião, “e Lula afirmou que, se for desejo da maioria da sociedade, ele a convocará”.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) reagiu a uma afirmação do presidente, que teria dito que o Congresso não teria condições de executar a reforma política, pois, em vez de satisfazer aos anseios da sociedade, atenderia a seus próprios interesses. “Se o Congresso não tem credibilidade, digo que Lula também não tem condições de fazer a reforma.”

Voz do Leitor

VETO

“Estou descontente e indignado com o fato de o presidente da República ter vetado as mudanças inseridas pelo Congresso na Medida Provisória 288/06, que estendiam o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo (16,67%) a todos os aposentados e pensionistas do INSS que ganham mais que um salário mínimo.”

Moisés de Souza, de Viana (ES)

APOSENTADORIA

“Sugiro um projeto de lei que vise reduzir a idade mínima para aposentadoria dos homens para 55 anos e das mulheres para 50 anos.”

Francisco Vágney Alves Mendes, de Ipiranga do Piauí (PI)

ANONIMATO

“As empresas de telefonia oferecem a quem compra um aparelho celular o identificador de chamadas, mas não informam que alguns usuários dispõem de regalias, como a que impossibilita o registro do número do telefone no aparelho do receptor da ligação. Contatei a Anatel e fui informado que o usuário, caso queira manter-se incógnito, mediante solicitação, não terá o seu número de telefone exibido no identificador de chamadas dos outros aparelhos. É o fim da picada. Em nome da proteção e do sigilo, esse procedimento está dando condições para que o crime organizado e pessoas infirmem a vida de pacatos cidadãos. O anonimato serve somente para esconder os covardes e os mal-intencionados. Que não tenham os seus números publicados em listas telefônicas ou cadastros é aceitável, é privacidade. O

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

que não podemos aceitar é o anonimato absoluto.”

Osmar Martins Ceioni, de Jarinu (SP)

ELEIÇÃO

“Agora, terminada a euforia da Copa do Mundo, esperamos que os brasileiros voltem a atenção para o mês de outubro, quando iremos exercer o mais democrático dos direitos: o de escolher. E que essa escolha seja consciente, livre e independente, para que possamos dar novos horizontes a nossas vidas!”

Alexandre Corrêa Santejo, de Guará (SP)

REFORMA POLÍTICA

“Sugiro que na proposta de reforma política seja incluída a implementação do sistema parlamentarista.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

VOTO NULO

“É interessante como a propaganda governamental sobre as eleições ensina apenas o cidadão a votar em um candidato e confirmar o voto. Deve-se ensinar também o significado das opções branco e nulo, pois boa parte da população desconhece o seu significado. Caso contrário, continuaremos no mesmo círculo: alienados.”

Elidinaldo Leite, de Juazeiro (BA)

CPI

“Sugiro uma mudança na investigação das denúncias do esquema dos sanguessugas. Deveria ser criada uma comissão de inquérito não-parlamentar. Não faz sentido que os próprios parlamentares façam as investigações.”

José Ribamar Araújo Carneiro, de Parnaíba (PI)

Pergunte ao Senador

PETRÓLEO

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

“Senador César Borges, por que a estagnação da economia contribuiu para a auto-suficiência do petróleo?”

O senador César Borges (PFL-BA) responde:

Caro Murilo, imagine que a economia, ao crescer, produz mais mercadorias, movimentando as fábricas, e que esta produção exigirá transporte para os centros consumidores. O crescimento também aumentará o número de empregos, criando renda. Então teremos mais automóveis sendo vendidos, por exemplo. Ao lembrarmos que as fábricas, os automóveis e os caminhões consomem combustível derivado do petróleo, fica claro que a economia de baixo crescimento demanda pouco combustível. Agora imagine o contrário, se crescêssemos em ritmo chinês, cerca de 12% ao ano. Quanto de petróleo estaríamos usando a mais? Será que a Petrobras estaria comemorando a auto-suficiência se fôssemos a China? Por isso, torço mais por um crescimento forte, comemorando empregos, ainda que o preço seja estragar a propaganda ufanista do atual governo sobre a auto-suficiência no petróleo.



SERVIDOR PÚBLICO

Severino Paulo da Silva, de Campina Grande (PB)

“Senador Efraim Moraes, gostaria de saber a sua opinião acerca da situação do servidor público federal, que se encontra há quase 15 anos sem aumento.”

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) responde:

Meu caro Severino, o não aumento salarial do servidor público federal é uma medida econômica do governo federal sob o argumento de conter a inflação. Compreendo, mas considero que o servidor público merece ser valorizado, em especial porque ao servidor cabe a execução do planejamento de cada governo.



BÍBLIA

Maurício Galhardo, de Sorocaba (SP)

“Senador Marcelo Crivella, quero saber se existe no Regimento do Senado algum artigo que pode impedir o senador de falar a palavra de Deus na tribuna.”

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) responde:

Caro Maurício, não há absolutamente nada, no Regimento ou na Constituição, que impeça um senador de citar qualquer autor, muito menos a Bíblia. Eu mesmo tenho citado muitas passagens e acho que as palavras da Bíblia devem ser mesmo uma inspiração para os trabalhos parlamentares.



Frases

“O orçamento impositivo irá significar que os governadores não precisarão vir todo dia ao Palácio do Planalto para receber uma verbinha qualquer”

Antonio Carlos Magalhães, sobre a proposta que acaba com o atual orçamento autorizativo.

“O Orçamento da União é a fonte inesgotável e causadora de parcela expressiva da corrupção praticada neste país. Os parlamentares ‘vendem sua alma’ ao Executivo, em troca da liberação de suas emendas”

Almeida Lima, ao defender que o Orçamento seja exclusivo da União, não mais abrigando verbas para obras que permitam a interferência de governadores e prefeitos, em associação com parlamentares e empresários.

“Vou passar para a história como o homem que traiu a máfia dos sanguessugas, porque nunca apresentei uma emenda para compra de ambulâncias”

Magno Malta, ao anunciar que renunciará ao mandato se for encontrada uma emenda sua destinando recursos para a compra de ambulâncias.

“A reforma política deve ser a primeira grande tarefa da próxima legislatura, sob pena de o novo governo não conseguir assegurar a governabilidade necessária para as demais reformas”

Marco Maciel, apontando as prioridades para o Congresso Nacional em 2007.

“Estão comprando voto por intermédio das emendas. Infelizmente, institucionalizou-se a corrupção neste país”

Tasso Jereissati, que atacou a campanha eleitoral do PT.

“Vossa Excelência faz uma generalização sem observar que muitos dos problemas [sanguessugas] tiveram início antes deste governo”

Eduardo Suplicy, respondendo às acusações de Tasso Jereissati.

“Os discursos em Plenário estão sofrendo de um embrutecimento verbal”

Tião Viana, que conclamou os partidos a retomarem o diálogo.

Foto da Semana

Em noite concorrida, a atriz Patrícia Pillar, protagonista de *Zuzu Angel*, conversa com o diretor do filme, Sergio Rezende, antes da sessão de pré-estréia realizada na quarta-feira, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal. Ao lado, a atriz Luana Piovani, que no filme vive Elke Maravilha, modelo e amiga da estilista



MOREIRA MARIZ

Em debate, tráfico de pessoas

Estima-se que o tráfico de pessoas movimenta cerca de US\$ 9 bilhões por ano, valor menor apenas que o de armas e drogas. Esse lucro é obtido com o comércio de aproximadamente 4 milhões de pessoas por ano no mundo inteiro. E muitos brasileiros estão entre as vítimas dessa realidade. Por isso, o governo prepara projeto que define a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O texto, que já passou por consulta pública, deve ser encaminhado à Casa Civil e, posteriormente, ao Congresso Nacional.

Para debater o assunto e adiantar o que está sendo preparado em termos de legislação, o programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, recebe especialistas para debater o assunto nesta segunda-feira, às 12h.

Já a TV Senado exibe no próximo fim de semana, no programa *Repórter Senado*, o especial "Guardiães da Fronteira", que irá



O trabalho do Exército brasileiro na defesa das fronteiras é tema do programa *Repórter Senado*

apresentar o trabalho do Exército na defesa das linhas limítrofes do Brasil com os países vizinhos.

O programa, que será exibido sexta-feira, às 22h45, sábado, às 16h e às 21h30, e domingo, às 22h, mostrará as adversidades, agruras e perigos da selva enfrentados pelos

que trabalham na fronteira.

O *Repórter Senado* foi até Amazonas e Roraima, percorreu rios e matas para mostrar um pouco da saga desses heróis anônimos, que representam pessoas simples, nativos e outros provenientes de diversas partes do país.

ARQUIVO/DIÁRIO DO AMAZONAS

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

Declínio da esfera pública segundo Hannah Arendt

ALEXANDRE GUIMARÃES

Judia alemã, expatriada pelo nazismo, Hannah Arendt terminou por se refugiar nos Estados Unidos. Durante a vida, mostrou-se múltipla, escrevendo densos estudos antropológicos, educacionais, filosóficos, políticos e sociológicos.

Foi, em várias ocasiões, chamada de filósofa, título do qual declinava continuamente. Descrevia-se apenas como uma cientista política.

Arendt dedicou-se particularmente ao estudo da esfera pública. Para a pensadora, há um declínio – nem progressivo nem linear, do público na história, acentuado durante a modernidade – em que a política passou a ser apenas uma faceta administrativa atribuída ao Estado e as multidões das sociedades de massa tornaram-se forte ameaça.

No brilhante livro *Hannah Arendt e o Declínio da Esfera Pública*, editado pelo Senado Federal, o mestre em Ciência Política Nerione N. Cardoso Jr. examina a defesa da autonomia e da dignidade da política feita pela pensadora.

Cardoso Jr. não se limita a uma análise superficial da questão: traça um esboço histórico e atualiza o debate em torno da esfera pública. Não podia ser diferente, já que é



Hannah Arendt, com Günther Anders, seu primeiro marido

necessário determinar no que se transformou a política depois da Segunda Guerra Mundial ou, mais atualmente, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

A obra, resultado da dissertação de mestrado do autor junto ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, extrapola o simples interesse acadêmico, sendo uma fonte básica para o entendimento da evolução do refletir sobre a esfera pública desde a antiguidade greco-romana aos dias atuais, além do progredir das sociedades de massa.

Destaca-se ainda o texto, que é fluido e rico em notas, o que torna agradável a leitura e mais fácil a compreensão do pensamento de Hannah Arendt.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Hannah Arendt e o Declínio da Esfera Pública*, volume 58 das *Edições do Senado Federal*, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Aconteceu no Senado



Como governador de Minas, Juscelino ganha a confiança da população

LANÇAMENTO

Zuzu Angel emociona autoridades e artistas

Após a pré-estréia do filme *Zuzu Angel*, na noite da última quarta-feira, no Auditório Petrônio Portela do Senado, contou com as presenças de parlamentares, de artistas como as atrizes Patrícia Pillar e Luana Piovani, e do diretor Sergio Rezende. O filme se baseia na história real da estilista de moda Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel, que durante a ditadura militar lutou pela libertação de seu filho Stuart, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8.

Estiveram também presentes no evento o presidente do Senado, Renan Calheiros; o presidente da Câmara, Aldo Rebelo; a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie; o vice-presidente da República, José Alencar; a primeira-dama, Marisa Letícia Lula da Silva; a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; os senadores Roberto Saturnino Braga (PT-RJ), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) e Ideli Salvatti (PT-SC). Ainda compareceram Ana Cristina e Hildegard, filhas de Zuzu Angel.

Antes da apresentação, o presidente do Senado afirmou que o filme, “ao descrever a luta heróica de

Zuzu Angel, remete a um triste período da história do Brasil”. Ele elogiou o cineasta Sergio Rezende e a atriz Patrícia Pillar, que interpreta a protagonista.

– É preciso conhecer essa parte secreta de nossa história – declarou Renan Calheiros, que ainda lembrou a música *Angélica*, composta por Chico Buarque para homenagear a estilista.

Hildegard Angel disse que “este é o momento máximo do reconhecimento do sacrifício do Stuart, de Sônia [então esposa de Stuart], de minha mãe e de todos os outros que sofreram da mesma forma naquele período”. Patrícia Pillar

também ressaltou “a truculência e a violência que se abateu sobre a família de Zuzu Angel e de tantas outras”. E destacou que “essa história demorou 30 anos para ser contada”.

A estilista, que obteve fama internacional na década de 70, contestou a ditadura militar ao exigir a libertação de seu filho – que teria sido preso, torturado e morto devido à militância política no MR-8 – e, posteriormente, a libertação de seu corpo (que nunca foi encontrado). Zuzu Angel morreu em 1976, em um acidente de carro sobre o qual há suspeitas de atentado político.

Luta da estilista e violência da ditadura militar foram lembradas



Na Presidência do Senado, Renan recebe convidados antes da pré-estréia do filme

Congresso traduz a comoção do povo brasileiro pela morte de JK

“Os inimigos não mandam flores, mas desta vez estão mandando.” Assim o senador Teotônio Vilela (Arena-AL) iniciou seu emocionante pronunciamento em 26 de agosto de 1976. “Todo o Brasil parou e sentiu a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira”, completou, ressaltando o sentimento do povo durante o funeral.

Na tarde de 22 de agosto, a poucos dias de completar 74 anos, o ex-presidente havia morrido num acidente de automóvel, no quilômetro 165 da

via Dutra. A comoção nacional surpreendeu o governo militar do então presidente general Ernesto Geisel e chegou ao Congresso nos pronunciamentos de governistas e oposicionistas.

– O luto oficial, decretado tardiamente, veio depois, muito depois, do luto nacional decretado pela nação – ressaltou o então senador gaúcho Paulo Brossard (MDB), mencionando o constrangimento por que o governo passou ao vacilar na decretação da justa homenagem a JK.

O senador Danton Jobim

(MDB-RJ), em seu longo discurso no dia seguinte ao sepultamento, descrevia a insatisfação do povo com a ditadura.

– O país cansou de viver numa atmosfera de tensão e crise, ele rejeita os radicalismos; ele repele os que teimam em alargar o fosso entre as necessidades da ordem e o respeito à dignidade individual; ele aprendeu, enfim, com JK, que desenvolvimento e segurança podem conviver com democracia e justiça, expressa no governo das leis e não no dos homens.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Proteja-se contra mau atendimento ou exploração

Parte da série sobre os órgãos fiscalizadores no país, este *Especial Cidadania* mostra agora onde reclamar do atendimento dos profissionais e dos serviços de saúde e como denunciar irregularidades nas condições de trabalho.

Queixas sobre atendimento em saúde

Para denunciar problemas nas ações e serviços de saúde, privados ou públicos, faça, por escrito, sua reclamação à diretoria da unidade (hospital, clínica, laboratório etc.) e guarde comprovante de recebimento da queixa. Caso o problema não seja resolvido, procure o Conselho Municipal de Saúde, se houver, ou a secretaria de saúde do município ou do estado. Use todas as

formas de registro de reclamação, incluindo apelo ao responsável pela organização e registro na ouvidoria da instituição.

Se o problema persistir, dirija-se à Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde (SUS). Lembre-se de ter em mãos os nomes das pessoas com quem falou e em que datas, e guarde todos papéis e cartas relacionados ao caso.



WALDEMAR RODRIGUES

Posto de enfermagem: queixas sobre mau atendimento ou prestação de serviço ineficiente devem ser primeiro dirigidas à direção da unidade de saúde

Ouvidoria Geral do SUS
SEPN 511, Bloco C, Ed. Bittar IV - 1º subsolo Brasília (DF)
CEP 70750-543
(61) 3448-8900 e 3448-8926
Disque-saúde 0800-611997

Secretarias estaduais de Saúde
AC - Av. Getúlio Vargas, 1.446 - Bosque Rio Branco
CEP 69908-650
(68) 3223-7888
www.saude.ac.gov.br

AL - Av. da Paz, 978 Jaraguá - Maceió
CEP 57025-050
www.saude.al.gov.br

AP - Rua São José, 289 Julião Ramos - Macapá
CEP 68908-015
(96) 3223-3139
www.saude.ap.gov.br

AM - Av. André Araújo, 701 - Manaus
CEP 69060-001
(92) 3643-6300
Ramais 6371/6389
www.saude.am.gov.br

BA - 4ª avenida, 400 - Lado B - CAB Salvador
CEP 41745-002
Ouvidoria 0800 284 00 11
www.saude.ba.gov.br

CE - Av. Almirante Barroso, 600 Praia de Iracema Fortaleza
CEP 60060-440
(85) 3101-5123
www.saude.ce.gov.br

DF - SGAN 601 BL O Brasília
CEP 70830-010
(61) 3316-9800
www.saude.df.gov.br

ES - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.025 - Bento Ferreira - Vitória
CEP 29052-121
(27) 3137-2300
www.saude.es.gov.br

GO - Rua SC1, 299 - Parque Santa Cruz Goiânia

CEP 74860-270
ouvidoria@saude.go.gov.br
www.saude.go.gov.br

MA - Av. Carlos Cunha, s/n - Calhau São Luís
CEP 65076-820
(98) 3218-8700
www.saude.ma.gov.br

MT - Centro Político Administrativo, Palácio Paiaguás, Bloco 05 - Cuiabá
CEP 78050-970
(65) 613-5300
www.saude.mt.gov.br

MS - Rua 13 de Maio, 1.090 - Monte Libano Campo Grande
(67) 3314-3345
www.saude.ms.gov.br

MG - Rua Sapucaí, 429 - Bairro Floresta Belo Horizonte
CEP 30150-050
(31) 3273-6100
www.saude.mg.gov.br

PA - Rua Presidente Pernambuco, 489 Belém - CEP 66040-100
(91) 4006-4802/4803
www.saude.pa.gov.br

PB - Av. D. Pedro II, 1.826 - Torre João Pessoa
CEP 58040-903
(83) 3218-7300
Fax 3218-7243
www.saude.pb.gov.br

PR - Rua Piquiri, 170 Rebouças - Curitiba
CEP 80230-140
(41) 3330-4300
Fax 3330-4406
www.saude.pr.gov.br

PE - Praça Oswaldo Cruz, s/n - Boa Vista Recife - CEP 50050-210
(81) 3412-6122
www.saude.pe.gov.br

PI - Rua Desembargador Freitas, 1.385 - Centro Teresina
CEP 64000-240
(86) 2107-3313
www.saude.pi.gov.br

RJ - Rua México, 128 Centro, Rio de Janeiro
CEP 20031-142
Ouvidoria Geral do

Estado do Rio de Janeiro
falaciedade@ouvidoria.rj.gov.br
(021) 2554-2000
denuncia@saude.rj.gov.br
www.saude.rj.gov.br

RN - Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - Centro Natal - CEP 59025-600
(84) 3232-2600
www.saude.rn.gov.br

RS - Av. Borges de Medeiros, 1.501 - 6º andar - Praia de Belas Porto Alegre
CEP 90119-900
www.saude.rs.gov.br

RO - Avenida Farquar Centro, Porto Velho
CEP 78916-400
(69) 3223-2035
Ouvidoria - 0800-6477071
www.sesau.ro.gov.br

RR - Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n - Campos do Paricarana Boa Vista
CEP 69304-650
(95) 3623-2770/2771
www.saude.rr.gov.br

SC - Rua Esteves Júnior, 160 - Centro Florianópolis
CEP 88015-130
(48) 221-2000
www.saude.sc.gov.br

SP - Av. Dr. Arnaldo, 381 - São Paulo
CEP 01246-901
(11) 3066-8000
www.saude.sp.gov.br

SE - Praça General Valadão, 32 - Centro Aracaju
CEP 49010-520
(079) 234-9502
www.saude.se.gov.br

TO - Av. NS-01, QI AANO, Praça dos Girassóis - Esplanada das Secretarias Palmas
CEP 77007-015
(63) 3218-1700/
3218-3092
www.saude.to.gov.br

Para reclamar da conduta de um profissional de saúde, procure a unidade regional dos conselhos profissionais (as páginas na internet dos conselhos federais trazem os endereços e telefones das regionais)

Conselho Federal de Medicina
SGAS 915 - Lote 72 Brasília (DF)
CEP 70390-150
(61) 3445-5900
Fax 3346 0231
www.cfm.org.br

Conselho Federal de Odontologia
Av. Nilo Peçanha, 50 Centro - Rio de Janeiro
CEP 20020-906
www.cfo.org.br

Conselho Federal de Farmácia
(61) 2106-6552
www.cff.org.br

Conselho Federal de Fonoaudiologia
(61) 3323-5065 e 3322-3332
www.fonoaudiologia.org.br

Conselho Federal de Enfermagem
(21) 2221-6365
www.portalcofen.com.br

Conselho Federal de Psicologia
(61) 2109-0100
www.pol.org.br

Conselho Federal de Fisiioterapia e Terapia Ocupacional
Rua Napoleão de Barros, 471 - São Paulo
CEP 04024-001
(11) 5572-2506/5083-6498/5083-5621/5083-8917
secretariaregional@coffito.org.br
www.coffito.org.br

Conselho Federal de Nutricionistas
(61) 3225-6027
www.cfn.org.br

Conselho Federal de Medicina Veterinária
(61) 2106-0400
www.cfmv.org.br

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
SEPN, Quadra 508, Bloco B Asa Norte Brasília (DF)
CEP 70740-542
(61) 3348-3700/3705/3703
www.confex.org.br

Condições de trabalho

Para denunciar trabalho escravo, trabalho infantil ou condições de trabalho ilegais ou desumanas, procure a Delegacia Regional do Trabalho (DRT)

AC - Rua Marechal Deodoro, 257 - Rio Branco - CEP 69900-210
(68) 223-2264 e 23-3601
Fax 223-3606

AL - Rua do Livramento, 91 - Centro - Maceió
CEP 57020-916
(82) 3215-4333
Fax 3215-4335

AP - Av. Salgado Filho, 61 - Santa Rita Macapá - CEP 68906-570
(96) 3223-4485
Fax 3223-6033

AM - Av. André Araújo, 140 - Aleixo - Manaus
CEP 69060-001
(92) 3663-3563
Fax 3663-3768

BA - Av. Sete de Setembro, 698 - Mercês Salvador
CEP 40060-001
(71) 3329.8400
Fax 3329-0848

CE - Rua 24 de Maio, 178 - Centro - Fortaleza
CEP 60020-000
(85) 3255-3940/3941
Fax 3255-3949

DF - CRN 509, Bloco E Brasília - CEP 70750-550
(61) 3340-3215/3221
Fax 3340-3245

ES - Rua 23 de Maio, 79 Centro - Vitória
CEP 29018-200
(27) 3232-3830/3804
Fax 3232-3806

GO - Av. 85, 887 - Ed. Genebra - Setor Sul Goiânia - CEP 74080-010
(62) 3227-01/7002/7003
Fax 3227-7082

MA - Av. Marechal Castelo Branco, 789 - São Francisco - São Luís - CEP 65076-091
(98) 3213-1970/1952

Fax 3227-7064

MT - Rua São Joaquim, 345 - Porto - Cuiabá
(65) 3616-4851
Fax 3624-9071

MS - Rua 13 de Maio, 3.214 - Campo Grande
CEP 79002-356
(67) 3901-3002
Fax 3901-3059

MG - Rua Tamoios, 596 Centro - Belo Horizonte
CEP 30120-050
(31) 3270-6108
Fax 3270-6102

PA - Rua Gaspar Viana, 284 - Comércio - Belém
CEP 66010-060
(91) 3211-3525 e 3241-4117
Fax 3223-4258

PB - Pça. Venâncio Neiva, 11 - Centro João Pessoa
CEP 58011-020
(83) 2107-7600/7627
Fax 2107-7641

PR - Rua José Loureiro, 574 - Centro - Curitiba
CEP 80010-924
(41) 3219-7775
Fax 3219-7770

PE - Av. Agamenon Magalhães, 2.000 Espinheiro - Recife
CEP 52021-170
(81) 3427-7900
Fax - 3427-3799

PI - Av. Frei Serafim, 1.860 - Centro Teresina
CEP 64001-020
(86) 3226-1715 e 3222-0001
Fax 3222-6124

RJ - Av. Presidente Antonio Carlos, 251, térreo e 13º andar - Rio de Janeiro
(21) 2533-1339 e 2220-

9173/6569/4169/2619
Fax 2220-2119

RN - Av. Duque de Caxias, 80 - Ribeira - Natal
CEP 59012-200
(84) 3220-2000
Fax 3211-4805

SE - Rua João Pessoa, 127 - Centro - Aracaju
CEP 49010-130
(79) 3211-1434
Fax 3211-3053

RS - Av. Mauá, 1.013 - 9º andar - Centro Porto Alegre
CEP 90010-110
(51) 3228-5693/
5722/5711/5717

RO - Av. Governador Jorge Teixeira, 3.521 Costa e Silva - Porto Velho
CEP 78904-320
(69) 3217-3713

RR - Av. Major Williams, 1.549 - Centro - Boa Vista - CEP 69301-110
(95) 3623-1284/9610
Faxes 3623-9262 e 3623-9451

SC - Rua Victor Meirelles, 198 - Centro Florianópolis
CEP 88010-440
Caixa Postal 968
(48) 3229-9700
Fax 3229-9759

SP - Rua Martins Fontes, 109 - Centro - São Paulo
CEP 01050-000
(11) 3150-8106
Fax 3255-6373

TO - Av. NS 02, 302 Norte, Lote 03 - Centro Palmas
CEP 77006-330
(63) 3218-6014/6020/6021
Fax 3218-6000/6018

Para reclamar ou fazer denúncia sobre a atuação dos postos de atendimento e delegacias do Ministério do Trabalho e Emprego, procure a ouvidoria do ministério

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo - Ala A

Térreo, sala TA-14 Brasília (DF)
CEP 70059-900

(61) 3317-6797
Fax - 3317-6969/8257
ouvidoria@mte.gov.br